

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL (POSMEX)**

YURI VASCONCELOS DA SILVA

**JUVENTUDE RURAL E POLÍTICAS DE EXTENSÃO
RURAL DO INSTITUTO AGRONÔMICO DE
PERNAMBUCO**

RECIFE

2011

YURI VASCONCELOS DA SILVA

**JUVENTUDE RURAL E POLÍTICAS DE EXTENSÃO
RURAL DO INSTITUTO AGRONÔMICO DE
PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) da Universidade Federal Rural de Pernambuco, para obtenção do título de mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, sob a orientação do Professor Doutor Angelo Brás Fernandes Callou.

RECIFE

2011

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha querida filha Isadora que, mesmo tão pequena, reclamava, insistentemente, pelo longo tempo que passei no computador. Após utilizar várias “táticas”, acabava por conseguir que eu parasse os estudos para brincar com ela, mesmo que fosse por alguns instantes.

A toda minha família: meus pais – Miguel e Soraya, minhas irmãs - Natalia, Bianca e Juliana, meus sobrinhos - Rafael e Ana Júlia, minhas avós - Ilídia e Theodora, meu cunhado – Rafael. Todos, sem sombra de dúvida, contribuem demais para o meu engrandecimento acadêmico e, fundamentalmente, enquanto ser humano.

Aos meus amigos e amigas que contribuíram com este trabalho, seja em discussões acerca as temáticas, seja em momentos de descontração. Um agradecimento especial a Alíria Thaísa Monteiro Costa, por me ajudar bastante durante todo o mestrado, além da relação afetiva e respeitosa.

Ao meu orientador Angelo Brás Fernandes Callou, pela relação fraterna e dialógica que estabelecemos durante toda nossa jornada. À turma do POSMEX 2009 pelo companheirismo e brincadeiras ao longo do curso, em especial aos meus amigos Alexandre Pires, Lauande Botelho, Filipe Xavier e João Ferraz. Aos educadores e educadoras que fazem do POSMEX um importante instrumento de avanço nas atividades extensionistas, em especial aos professores Maria Luíza Pires e Irenilda Lima.

Um agradecimento especial aos jovens da comunidade Brejinho da Serra que se propuseram a me receber ao longo da minha pesquisa. Agradeço também aos técnicos do IPA tanto de Recife (Eliane Noya e Silvana Lemos) quanto de Petrolândia (Adriano e Ivo Mendonça) que contribuíram nas entrevistas e na análise documental sobre o Instituto.

Agradeço ainda às organizações políticas – União da Juventude Comunista (UJC) e Partido Comunista Brasileiro (PCB) - por serem ferramentas de formação política e de construção de um modelo de sociedade, baseado em princípios de coletividade, fraternidade, igualdade social, justiça e solidariedade.

Resumo

O objetivo principal desta pesquisa é identificar e analisar os projetos de Extensão Rural, desenvolvidos a partir de 2003, pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), para os jovens do meio rural, na comunidade Brejinho da Serra, no município de Petrolândia, em Pernambuco. Especificamente, pretendemos analisar as políticas de Extensão Rural do IPA para a juventude rural no âmbito das atividades não agrícolas, na perspectiva do desenvolvimento local. Considerou-se como vetores desta análise as considerações de Catani e Gilioli (2008), Bourdieu (1983) e Cordeiro (2009) acerca a pluralidade e diversidade da juventude; Figueiredo (1981) e Silva (2002) na relação da história da Extensão Rural no Brasil e suas atividades com a juventude rural; Campanhola e Silva (2000), Del Grossi (2002) e Pires (2005) nas análises do meio rural brasileiro na atualidade e a importância que assumem as atividades não agrícolas neste cenário; Oliveira (2001), Barth e Brose (2002) e Santos (2005) com a perspectiva do Desenvolvimento Local. Trabalhamos com os projetos de Extensão Rural do IPA por representar a principal organização governamental responsável pelas políticas extensionistas no estado de Pernambuco, conforme Lei Complementar 049/2003. Foram entrevistados oito jovens entre 14 a 29 anos de idade, tendo como objetivo analisar a leitura que os jovens fazem em relação aos projetos de Extensão Rural do IPA, bem como conhecer um pouco da realidade da juventude rural, isto é, suas potencialidades, suas demandas e suas perspectivas de futuro. O estudo mostrou que a juventude rural não vem sendo considerada como público-alvo específico pelas políticas de Extensão Rural do IPA, estando inserida nos projetos apenas como beneficiária de determinados programas e restrita às atividades agrícolas. Observamos que as reivindicações dos jovens de Brejinho da Serra dizem respeito às demandas pelos serviços públicos, pelo lazer e pelas atividades que possam gerar renda na comunidade, tanto agrícolas quanto não agrícolas. Essas reivindicações parecem ser as condições necessárias para que os jovens permaneçam em seus ambientes e exerçam um papel de protagonismo no desenvolvimento social e econômico de sua localidade.

Palavras-chave: Juventude Rural; Extensão Rural; Desenvolvimento Local.

Abstract

The main objective of this research is to identify and analyse the rural extension projects, developed since 2003 by the Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), for the youth of the rural way, of the community Brejinho da Serra, from the borough of Petrolândia, in Pernambuco. Specific, was intend to analyse the Rural politics Extension of the rural youth in the context of non agricultural activities, on the perspective of local development. Where consider vector of this analyses the as Catani and Gilioli (2008) considerations, Bourdieu (1983) and Cordeiro (2009) concerning the plurality and diversity of the youth; Figueiredo (1981) and Silva (2002) regarding the history of the Rural Extension in Brazil and their activities with the rural youth; Campanhola and Silva (2000), Del Grossi (2002) and Pires (2005) on the current analyses of the Brazilian rural way and the meaning that the no agricultures activities take part in this scenario; Oliveira (2001), Barth and Brose (2002) and Santos (2005) with the perspective of the Local Development. We have worked with the Rural Extension Projects from IPA for represent the main governamental organization responsible for the politics extensions in the State of Pernambuco, according Complementary Law 049/2003. Eight persons from 14 an 29 years were interviewed, with the purpose of analyse the reading of the youth regarding the Rural Extension projects from IPA, well as to know a little bit more the rural youth reality, therefore their potentials, their demands and their perspectives of the future. The study showed that the rural youth has not being considerate as main target specific by the Rural Extension from IPA politics, being insert in the projects only as benefit from certain programs and restrict at agricultural activities. We notice that the revivifications from the de Brejinho da Serra youth are about the demands from the public services, the leisure and the activities that can generate money for the community agricultural and non agricultural. Those complain seems to be a necessary condition for the youth remain in their environment and practice as protagonist in the social and economic development in their locality.

Keywords: Rural Youth; Rural Extension; Local development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - O PROBLEMA, SUA IMPORTÂNCIA E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO	07
CAPÍTULO 1 - JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO RURAL: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA	26
CAPÍTULO 2 - O INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE RURAL	41
CAPÍTULO 3 - A JUVENTUDE RURAL DE BREJINHO DA SERRA E OS PROJETOS DO INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO	62
CONCLUSÕES	77
REFERÊNCIAS	86
APÊNDICE	92

INTRODUÇÃO

O PROBLEMA, SUA IMPORTÂNCIA E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

O objetivo principal desta dissertação foi identificar e analisar os projetos de Extensão Rural, desenvolvidos a partir de 2003, pelo Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA), para os jovens do meio rural, na comunidade Brejinho da Serra, no município de Petrolândia, em Pernambuco. Especificamente, pretendemos analisar as políticas de Extensão Rural do IPA para a juventude rural no âmbito das atividades não agrícolas, na perspectiva do desenvolvimento local.

De acordo com o parâmetro de faixa etária utilizado pela pesquisa do IBGE (15 a 29 anos), os jovens brasileiros representavam 51 milhões de pessoas em 2006 (mais de 25% da população total). Desse contingente, conforme os parâmetros oficiais de distinção entre urbano e rural, 22% dos jovens brasileiros vivem no campo, com suas respectivas particularidades (CASTRO; AQUINO, 2008). As condições de vida da maioria dos jovens rurais são precárias, enfrentando uma grande concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários, falta de assistência técnica, falta de oportunidades, além da falta de serviços e políticas públicas, como saúde, educação e saneamento.

Mesmo possuindo essa realidade de vida, a juventude rural ainda é uma temática pouco estudada. De acordo com Catani e Gilioli (2008),

[...] Os estudos sobre a juventude camponesa são raros entre as pesquisas sociológicas. O jovem do campo tende a passar da infância à condição adulta em curto período de tempo, em uma espécie de “amadurecimento precoce”. [...] A falta de visibilidade de tema da juventude camponesa traz também como problema a ausência de políticas públicas para esse segmento específico (CATANI; GILIOLI, 2008, p. 49-50).

Não poucas vezes, há uma tentativa em homogeneizar a juventude por parte das políticas públicas, não havendo o entendimento de que ela se caracteriza, fundamentalmente, pela sua diversidade. Ainda de acordo com Catani e Gilioli (2008), não existe uma juventude e sim várias juventudes, com uma variedade de particularidades relacionadas às condições sociais e históricas específicas, apesar de possuírem certos pontos em comum.

Numa perspectiva similar a esses autores, Tavares (2009, p. 53) afirma que:

Entender esses jovens implica em considerar as trajetórias plurais e não lineares, [...] implica em romper com a noção tradicional de transição entre fases marcadas exclusivamente por eventos objetivos, considerando a pluralidade das condições reais de vida dos jovens brasileiros na atualidade.

Nos estudos acadêmicos voltados à Extensão Rural, os jovens rurais também passam quase despercebidos, como foi observado pela pesquisa *O Estado da Arte do Ensino da Extensão Rural no Brasil*. Este estudo buscou analisar como a Extensão Rural toma corpo no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão universitária. A pesquisa aponta que tanto nos temas dos Projetos de Pesquisa em Extensão Rural quanto nos temas dos Projetos de Extensão Universitária, a temática de “geração” (sendo esta entendida como juventude) quase não aparece. De acordo com as conclusões da pesquisa,

É possível dizer, entretanto, que, grosso modo, os programas de ensino não refletem o avanço das discussões acadêmicas acerca das questões que hoje circundam o meio rural, a julgar pela tímida incorporação de temas caros à pesquisa como agricultura de base ecológica e desenvolvimento local. Ademais, outros temas como “Novas Ruralidades”, “Gênero, Geração e Etnias”, tão presentes nas agendas do desenvolvimento rural nacional e internacional, também não aparecem na maioria dos programas de Extensão Rural do país (CALLOU; PIRES; LEITÃO; TAUKE SANTOS, 2008, p. 111).

Se, de um lado, as políticas públicas e as universidades pouco têm estudado a juventude rural, por outro, algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) elaboram e executam ações direcionadas especificamente para os jovens rurais. Algumas ONGs vêm contribuindo para a ampliação dos conhecimentos desses jovens, tanto no aprendizado de técnicas específicas de agricultura, quanto no aprendizado de conhecimentos relacionados às formas de pensar e ver o mundo. Uma dessas organizações é o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), que, preocupado em formar agentes de desenvolvimento local no estado de Pernambuco, vem contribuindo para “o empreendedorismo e o protagonismo juvenil como alavanca do desenvolvimento para gerar projetos econômicos, sociais e culturais que fossem liderados por jovens” (TAVARES, 2009, p. 302).

De acordo com Tavares (2009), as ONGs possuem uma grande importância para os jovens rurais, pois oferecem metodologias de trabalho para que os mesmos participem de forma efetiva, ou seja, como coautores dos programas e ações

desenvolvidos pelas organizações. Outro ponto de destaque nos trabalhos desenvolvidos pelas ONGs está no fato de proporcionarem encontros entre jovens de diferentes localidades, contribuindo para que os mesmos visualizem as semelhanças e diferenciações existentes entre eles. Nesse sentido, Tavares (2009, p. 310) afirma:

[...] Assim, promovem oportunidades de encontro – presenciais e virtuais – entre jovens das periferias das cidades, dos diferentes mundos rurais e mundos urbanos do país, momentos em que eles se encontram, se reconhecem, percebem identificações, mas também fatores de diferenciação entre si. Esses encontros são possibilidades de conhecimento do outro e de si mesmo. Talvez esses encontros contribuam para o reconhecimento dos jovens como <<juventude>>, ajudando a identificar o que há de comum entre eles. Mas também podem aprofundar as percepções das distâncias sociais vindas da impossibilidade de a <<juventude>> superar ou ignorar as diferenças e desigualdades de classe, de ideologia, de etnia, etc.

Assim como as ONGs, os movimentos sociais do campo também vêm realizando trabalhos com a juventude rural. Entre os dias 28 e 29 de novembro de 2009, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) realizou um encontro da juventude rural dos Assentamentos localizados na Mata Norte do estado de Pernambuco. Este encontro proporcionou a troca de experiências entre jovens de diferentes assentamentos e que viveram nos municípios interioranos e em acampamentos até a conquista da terra. O encontro também promoveu discussões em que os jovens apontavam os problemas que enxergavam nos assentamentos e suas possíveis soluções, através da organização e atuação dos próprios jovens. Dentre os problemas elencados, ganha destaque a demanda pela terra. No entanto, a partir da conquista da terra, os jovens presentes no Encontro assinalam outras demandas não necessariamente agrícolas, como, por exemplo, a falta de oportunidades para outras esferas da vida social, como a capoeira, o teatro, a dança, a música, as formas de lazer, a educação (escolas, projetos de inclusão digital) e outras formas de obtenção de renda, como o artesanato.

Segundo Wanderley (2007), pode-se observar que os variados grupos de jovens, sejam eles rurais ou urbanos, podem se assemelhar em vários aspectos, como nos modos de vestir, nos gostos musicais ou artísticos. Entretanto, não se pode analisá-los de uma mesma maneira, pois cada grupo de jovens possui suas potencialidades e demandas específicas relacionadas ao ambiente em que vivem.

O ambiente aqui compreendido não é somente a diferenciação entre rural e urbano, mas sim as relações sociais que ocorrem nesses diferentes cenários. Tavares (2009, p. 349) afirma que:

Assim, é possível mesmo falar em “jovem rural” e “jovem urbano”, que podem ter modos de vida diferentes e podem ter visões de mundo diferentes, mas essas diferenças não são dadas pelo lugar, mas pelas relações sociais que se estabelecem entre as pessoas, os lugares e os objetos que povoam o mundo.

Dessa maneira, fica evidente a necessidade de intensificarem-se os estudos sobre a juventude rural, numa perspectiva de aprofundar o debate e identificar quem são os jovens rurais, o que querem, quais são as suas potencialidades e demandas específicas. Alguns trabalhos (CARNEIRO; CASTRO, 2007; WANDERLEY, 2003; CASTRO, 2005) têm impulsionado a temática, encontrando um assunto recorrente: a tendência migratória dos jovens.

Embora o êxodo rural mostrasse certa diminuição nos anos de 1990, não se pode falar desse fato como algo generalizante. Esse arrefecimento da migração ocorre mais nas regiões Sul e Sudeste, enquanto que no Nordeste a migração continua com números alarmantes, principalmente de jovens rurais (ABRAMOVAY, 1999).

Apesar do número significativo de jovens migrantes, Carneiro (2007) afirma que os jovens já não possuem tanta vontade de mudarem suas vidas para as grandes cidades:

[...] Mesmo não relacionando seu futuro à agricultura, muitos jovens preferem continuar morando na localidade rural, mas sem abrir mão do acesso à educação e a novos campos de conhecimento como a informática, por exemplo, que permitiria abrir as janelas do mundo rural para um universo desconhecido e ilimitado. [...] A cidade não exerce mais o mesmo fascínio sobre os jovens rurais de algum tempo atrás (CARNEIRO, 2007, p. 63).

Assim, os jovens rurais não estão buscando mais a cidade, e sim o acesso à educação, trabalho e renda, que existe, mesmo sob condições precárias, nos espaços urbanos. A reivindicação da juventude rural é que esses elementos devem existir também nos espaços rurais:

[...] A juventude rural quer ser reconhecida como sujeito de direito, que participa ativamente das decisões familiares e dos espaços políticos. Além disso, as jovens mulheres, não querem reforçar os padrões machistas, que as excluem dos ambientes produtivos e políticos. Já no que se refere à produção, há uma forte sensibilidade,

entre os/as jovens rurais, da importância de desenvolver uma agricultura sustentável do ponto de vista ambiental e econômico (CONTAG, 2010).

A falta de serviços básicos no meio rural, especialmente aqueles oferecidos pelas instituições públicas, afeta, fundamentalmente, os jovens e os idosos, pois são categorias que mais necessitam de alguns desses serviços, como educação e saúde. Segundo Wanderley (2009, p. 18):

[...] É possível, pois, afirmar que a intensidade da vida local depende, em grande parte, das possibilidades econômicas, sociais e culturais acessíveis à população das áreas rurais, de modo especial, as oportunidades de trabalho e o acesso a bens que constituem os fundamentos indispensáveis para a própria permanência no campo.

Dessa forma, a fragilidade e precariedade dos bens e serviços básico no meio rural contribuem para o deslocamento da população local para outras áreas. Portanto, os jovens continuam migrando, não mais devido aos atrativos das cidades, mas devido à falta de oportunidades no meio em que estão inseridos, sendo impulsionados a deixarem o meio rural. A migração jovem não é mais caracterizada como um desejo juvenil e sim como uma condição de vida.

Além da falta de oportunidades para os jovens rurais, Wanderley (2007) destaca entre os fatores do êxodo juvenil, a falta de perspectiva quanto às atividades agrícolas, caracterizadas pela penosidade do trabalho, pela falta de estímulos para a produção e, principalmente, pela quantidade de terras insuficientes. O fato de o Brasil não ter ainda realizado uma reforma agrária contribui enormemente não só para o processo de êxodo rural e da precariedade das condições de trabalho nas atividades agrícolas, mas, também, para a exacerbação dos problemas recorrentes em nossa sociedade, como a fome, a miséria, o desemprego e a insustentabilidade ambiental (PIRES, 2005).

Além desses fatores, é destacado ainda a dificuldade de geração de renda, o poder de decisão centrado na figura paterna e a educação descontextualizada do ambiente que estes jovens estão inseridos. Essa educação é caracterizada, na maioria das vezes, pela transmissão de valores citadinos e de uma visão negativa da atividade agrícola (REZENDE apud CAMPANHOLA; SILVA, 2000). Em pesquisa realizada para a construção de sua tese de doutorado, Tavares aponta o seguinte em relação à educação nas vidas dos jovens rurais:

Os depoimentos dos jovens que resistiram e ainda resistem dentro do sistema escolar também ecoam nos discursos dos que desistiram de estudar: a falta de sentido na aprendizagem de conteúdos que, pela forma como são ensinados, parecem não ter relação com a vida atual; o tédio das longas horas vividas em estruturas sem recursos e avessas à interatividade; o cansaço de quem é obrigado a enfrentar duras condições para poder estudar e não consegue progredir desse sistema; as frustrações que vêm de constatar que os que estudaram estão por aí “sobrando”, quando se espera que o estudo seja uma forma de não “sobrar” (TAVARES, 2009, p. 299-300).

Diante desse cenário de êxodo juvenil, as políticas públicas de Extensão Rural adquirem uma importância crucial não somente para a permanência do jovem no campo, mas, fundamentalmente, para propiciar a abertura de novos campos de conhecimento para esses jovens. De acordo com Fonseca, trabalhar com a juventude sempre foi um dos eixos norteadores para os serviços extensionistas, uma vez que este segmento se apresenta mais “receptivo a novas ideias e em cuja formação existe expectativa de taxas de retorno social mais elevada” (FONSECA, s.d.).

Tanto é assim que, após a Segunda Guerra Mundial, vários foram os países – inclusive o Brasil – a desenvolver ações e programas com a juventude rural, em grande parte seguindo o modelo norteamericano dos Clubes 4-H¹. Em países como a República da Coreia, Filipinas, Iran, Vietnã e Taiwan os meios mais eficazes de contribuir com as organizações juvenis eram os bancos de sementes, através dos quais os jovens comprometiam-se em aumentar a produção para que outros membros também recebessem a distribuição de sementes. Assim se refere o documento produzido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO):

En el Irán, la experiencia ha demostrado que los resultados más eficaces se obtienen en aquellas aldeas cuyos programas de mejoramiento de las prácticas agrícolas y de la vida rural se emprenden utilizando las actividades de las mujeres y de los jóvenes, al mismo tiempo que las de los agricultores. Así la extensión actúa con un criterio triangular, dirigiéndose a los hombres, las mujeres y los jóvenes, para abarcar a las familias campesinas (FAO, 1963, p. 14).

No Brasil, as políticas de Extensão Rural para os jovens do meio rural estão presentes desde o início das atividades extensionistas, no final da década de 40. A organização dos clubes 4-S (Saber, Sentir, Servir e Saúde), seguia o modelo

¹ Os clubes 4-H significavam *Hand, Hart, Head, Health*, ou seja, Mão, Coração, Cabeça e Saúde. Esses clubes eram utilizados pela Extensão Rural para realizar os trabalhos com a juventude.

norteamericano 4-H, uma vez que o surgimento da Extensão Rural no Brasil ocorre sob a influência norte-americana, que apóia as primeiras iniciativas de trabalhos com as populações rurais.

Esse apoio tinha, por um lado, o interesse econômico, pois ampliava os mercados para os produtos industrializados dos EUA; e, de outro, o interesse político, pois nessa época vivia-se a Guerra Fria e se tornava importante manter sob controle político não só o Brasil, como também boa parte dos países da América Latina (FIGUEIREDO apud CALLOU, 2007).

Esses Clubes 4-S tinham por finalidade constituir um “novo” jovem rural, através da introdução de técnicas e tecnologias, servindo como elo entre os conhecimentos dos técnicos extensionistas e a sua aplicação na agropecuária (SILVA, 2002). Para Figueiredo (1981), tanto os clubes 4-S quanto os grupos de homens e os grupos de senhoras e moças “serviram para ampliar a ação do extensionista, baratear os custos operacionais e para criar um clima propício à ‘aquisição dos novos conhecimentos’ e à ‘mudanças de hábitos e atitudes’” (FIGUEIREDO, 1981, p. 3).

Os projetos desenvolvidos para a juventude rural extrapolavam em algumas ocasiões os limites das atividades agrícolas, objetivando abranger um número maior de jovens nas ações e programas. De acordo com Fonseca (s.d., p. 248),

[...] A experiência acumulada pela Extensão no trabalho com a juventude rural tem dirigido sua ação para programas que alcançam maior número de jovens, com enfoques mais abrangentes do que os tradicionais projetos de natureza exclusivamente agrícola. [...] a Extensão tem incluído em sua programação cursos curtos em técnicas artesanais, industriais ou comerciais que, hoje, podem contribuir de forma significativa para indivíduos e comunidades, como complemento aos projetos clássicos de produção de milho, criação de galinhas e porcos, ou outros semelhantes.

Mesmo realizando algumas ações em atividades não agrícolas, o propósito dessas atividades e dos clubes 4-S era demonstrar e convencer os jovens rurais da importância das novas tecnologias na agropecuária, bem como a necessidade de novos hábitos e costumes pessoais para os trabalhos que eram desenvolvidos na educação alimentar e sanitária (SILVA, 2002).

Para alcançar o papel de convencimento dos jovens, os clubes 4-S tinham um conteúdo ideológico muito forte, ofuscando a autonomia e o protagonismo da juventude

rural. Esse conteúdo ideológico pode ser observado no próprio juramento dos jovens quatroessistas², onde as palavras “Saber, Sentir, Servir e Saúde” possuíam o seguinte sentido: “Minha cabeça para SABER claramente / Meu coração para SENTIR maior lealdade / Minhas mãos para SERVIR mais e melhor / Minha SAÚDE para uma vida mais sã / Com meus 4-S, meu lar, minha comunidade / E minha Pátria” (ACARESC apud SILVA, 2001).

Por outro lado, observa-se que os jovens do meio rural fizeram outros usos dos clubes quatroessistas. Mesmo os projetos extensionistas possuindo uma rigorosa disciplina para “educá-los” e fixá-los no campo, esses mesmos jovens ressignificaram os clubes 4-S, muitas vezes modificando o andamento dos projetos. Como nos diz Silva (2002, p. 07):

Neste sentido, é possível pensar que os Clubes 4-S foram além de um espaço “educativo” para o jovem rural: sua utilização podia ser também um “mecanismo” de sociabilidade, um espaço que possibilitava o encontro entre os jovens, os bailes, a diversão, os namoros... [...] Essas condutas que procuravam algo além da educação quatroessista, ou seja, jovens que possivelmente participassem dos clubes apenas em períodos de festas e de convenções, dificultavam a quem procurava organizar os trabalhos.

O conteúdo ideológico não era uma especificidade dos Clubes 4-S. Na verdade, a Extensão Rural nos seus trabalhos tanto com jovens quanto com homens e mulheres enfatizava, como um de seus principais objetivos, a necessidade de mudança de mentalidade, considerando a ignorância como principal motivo pela precariedade de vida das famílias rurais. De acordo com Queda (1983, p. 4-5):

Como toda ênfase é colocada na modificação das mentalidades, os programas extensionistas relegam para um plano bastante secundário, ou simplesmente omitem, quaisquer referências às reformas econômicas e político-sociais no meio rural, que condicionam a sua efetiva implementação. [...] Em síntese, a Extensão Rural, tendo em vista a ação dominante dos setores industriais e financeiros, é impelida a desenvolver programas onde produção agropecuária aparece cada vez mais como consumo de bens industriais e serviços de crédito. E quanto mais se desenvolve essa ação, mais distante fica o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e seus dependentes.

² Os jovens participantes dos clubes 4-S eram comumente denominados de jovens quatroessistas.

Associado ao objetivo de mudanças de mentalidades, a Extensão Rural buscava aumentar a produtividade, não importando as consequências que teria que enfrentar. Para alcançar este objetivo, fazia-se uso da difusão de tecnologias agropecuárias, buscando o desenvolvimento social e econômico. Estas tecnologias eram transferidas de forma vertical e autoritária pelos técnicos responsáveis pela prática extensionista, numa relação entre os “detentores do conhecimento” e àquelas pessoas que se julgava não possuírem qualquer conhecimento. A produtividade realmente aumentou, entretanto, isso não significou melhorias na qualidade de vida das populações rurais. Ao contrário, quanto maior era a produtividade, maior era a concentração de capital e a intensificação nas desigualdades sociais (CALLOU, 2005; PIRES, 2005).

Esse modelo difusionista de Extensão Rural era alvo de constantes críticas por parte de estudiosos e pesquisadores, uma vez que não atendia às necessidades de desenvolvimento das populações rurais. Um marco de crítica e ruptura com este modelo ocorre em 1969 quando Paulo Freire publica, no Chile, o livro *Extensão ou Comunicação?*, distinguindo o modelo excludente e vertical do extensionismo para um modelo que se baseia na participação dos camponeses, enxergando estes como sujeitos no processo de construção do desenvolvimento social e econômico (FREIRE, 2006).

Com a perspectiva de um modelo participativo de Extensão Rural, é de se imaginar que a juventude deixaria de ser visualizada apenas como beneficiária dos projetos extensionistas, passando a ser encarada como um sujeito de direitos, com potencialidades e demandas específicas. No entanto, mesmo com os esforços e ações pontuais de estudiosos e pesquisadores, a Extensão Rural não se fixa hegemonicamente nesse novo modelo.

Em 1979, o Conselho do Sistema Brasileiro de Extensão Rural (CONSIDER) se reúne para definir os objetivos e as diretrizes das políticas extensionistas no período de 1980 a 1985. Entre esses objetivos está a ampliação do trabalho com a juventude rural. No entanto, não especifica quais seriam esses trabalhos. Figueiredo (1981), em palestra proferida no I Simpósio Brasileiro de Extensão Rural, questiona: “Trabalhar com juventude para quê? Para que o jovem trabalhe na terra e seja um bom agricultor no futuro?”. O autor continua:

O trabalho com juventude é essencial, mas ele tem que se inserir cada vez mais num trabalho ligado às organizações formais dos agricultores, ligados aos sindicatos, às cooperativas e às lutas mais amplas dos produtores. Caso contrário, ensinar-lhes a trabalhar na agricultura com tecnologia, com culinária, com aspectos de economia doméstica, na presunção de que eles terão sempre uma área de terras, e de que eles vão viver e trabalhar sempre na sua propriedade é uma grande fantasia (FIGUEIREDO, 1981, p. 22).

Observa-se que mesmo os jovens rurais sendo considerados nas políticas públicas da Extensão Rural ao longo da sua história, existia a crítica de que os mesmos estiveram sempre vistos apenas como beneficiários dos projetos e não como um segmento autônomo. Da mesma forma, as críticas direcionavam para o fato das políticas restringirem, na maioria das vezes, os jovens às atividades agropecuárias, sendo encarados apenas como sucessores da produção agrícola.

Vale ressaltar que o trabalho de incentivar os jovens a permanecerem no meio rural, enquanto sucessores das atividades agrícolas, é extremamente importante, na perspectiva de transformação da realidade do meio rural brasileiro. De acordo com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás:

[...] Não se tratando de simplesmente “fixar” o jovem no meio rural – dando a entender que ele deve ser forçado a permanecer – mas de criar um conjunto de condições necessárias para estimular o entendimento do espaço rural como um ambiente de valorização, oportunidade e perspectiva de vida digna. Nesse sentido, o desafio posto é a continuidade da própria agricultura familiar enquanto categoria social e econômica que se expressa tanto quanto outras importantes transformações que devem ocorrer no meio rural, mas que sempre encontram grandes dificuldades de se efetivarem (acesso à terra, crédito, moradia, etc) (FETAEG, 2010, p. 1).

Pelo menos três elementos são importantes para um exitoso trabalho de sucessão agrícola. O primeiro diz respeito à transformação da relação dos jovens com a autoridade paternal. Deixar de ser apenas um coadjuvante no trabalho agrícola e ser um parceiro nas atividades com o pai, possuindo poder de decisão. O segundo elemento é a educação do campo, que assume um papel importantíssimo na construção da identidade do sujeito do campo, com direitos e deveres enquanto cidadãos e cidadãs. Essa educação também é importante para aumentar os conhecimentos para aplicar na propriedade, no sentido de modernizá-la com uso do computador e da internet (FETAEG, 2010).

Por fim, o terceiro elemento está relacionado com as políticas públicas, aqui inseridas as políticas de Extensão Rural. Trabalhar com as atividades agrícolas e não agrícolas tornou-se uma necessidade para as políticas públicas, uma vez que o meio rural brasileiro, principalmente a partir dos anos de 1980, não pode mais ser considerado como sinônimo apenas das atividades agrícolas, caracterizando-se pela mescla de atividades na agricultura e fora da agricultura (CAMPANHOLA; SILVA, 2000).

Campanhola e Graziano da Silva (2000) pontuam que o rural ganhou novas funções nos últimos anos, que não estão necessariamente relacionadas às atividades agrícolas. O meio rural passou também a propiciar lazer nos feriados e fins-de-semana; ser um espaço de moradia tanto à população de classe média alta, que busca sair do “caos” das cidades, bem como à população de baixa renda que mora na área rural, mas trabalha na área urbana; e ainda ser um espaço de desenvolvimento de atividades de preservação e conservação da natureza, uma vez que as preocupações ambientais estão na pauta das organizações governamentais e não governamentais (CAMPANHOLA; SILVA, 2000).

Devido ao processo de mecanização e de utilização de novas tecnologias - assim como a concentração cada vez maior de terra em nosso país - vem reduzindo o número de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas. Atividades que envolviam toda a família passam a ser realizadas por apenas uma pessoa, comumente o chefe de família homem. Assim, tanto o conjugue e, principalmente, os jovens rurais ficam liberados para exercerem outras funções, não necessariamente relacionadas às atividades agrícolas (NASCIMENTO apud LEONE, 2004).

Dessa maneira, é cada vez maior o número das famílias pluriativas, ou seja, famílias que possuem trabalho agrícola, mas também proporcionam um aumento no número de pessoas ocupadas bem como um aumento de renda através das atividades não agrícolas, relacionadas ao lazer, aos serviços, à moradia, à construção civil, à indústria e à conservação ambiental (PIRES, 2005).

Isso não quer dizer que as atividades não agrícolas, exclusivamente, representem a “salvação” para as populações rurais. Por um lado, Wanderley (2007) afirma que essas atividades, muitas vezes, também não proporcionam condições dignas para os

trabalhadores e trabalhadoras rurais. E, por outro lado, os movimentos sociais do campo e da cidade continuam a reivindicar uma transformação da estrutura agrária brasileira, entendendo esta como necessária para o desenvolvimento das populações rurais, garantindo, além da distribuição das terras, condições mínimas para os trabalhadores do campo, ou seja, acesso à energia, saúde, educação, saneamento, dentre outros serviços públicos.

Dessa forma, tanto as atividades agrícolas quanto as atividades não agrícolas são importantes nas políticas extensionistas. Como nos diz Pires (2005): “Pensar no conjunto de atividades – agrícolas e não agrícolas – como um todo articulado, envolvendo os diversos atores locais, parece constituir o grande desafio” (PIRES, 2005, pág. 66).

Apesar dos esforços de alguns pesquisadores e de algumas instituições governamentais e não governamentais em fixar a Extensão Rural como uma prática educativa e participativa e que contemple as atividades agrícolas e não agrícolas, o Estado brasileiro, no final dos anos 1980, acompanhando as políticas neoliberais e os processos de globalização, inicia um movimento de seu afastamento e de desresponsabilização com os serviços públicos. No campo da Extensão Rural, ocorre a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) em 1989, ficando as atividades de extensão sob responsabilidade da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), nos respectivos estados. Com a intensificação das políticas neoliberais na década de 1990, as EMATER estaduais também vão desaparecendo ou se fundindo a outras organizações governamentais (CALLOU, 2007).

Em Pernambuco, com a extinção da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (EMATER-PE) em 1999, os serviços públicos de Extensão Rural passam a ser realizados pela Empresa de Abastecimento do Estado de Pernambuco (EBAPE) e, posteriormente, pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), conforme decreto do Governo do Estado, publicado no Diário Oficial em 2003. O IPA já possuía uma tradição no estado de Pernambuco no que diz respeito às pesquisas agropecuárias, passando a incorporar, nesse momento, também as atividades de Extensão Rural.

O IPA, criado em 1935, sob a denominação de Instituto de Pesquisas Agronômicas, órgão da administração direta do Estado de Pernambuco, possui três momentos importantes na sua história institucional: o primeiro ocorreu em 1960, quando foi transformado em autarquia, expandindo as suas atividades para o interior do estado, através de estações experimentais. O segundo foi em 1975, quando foi novamente transformado, recebendo a denominação de Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária. Em ambas as mudanças, a sigla IPA permaneceu dada à sua consagração no universo de atuação (IPA, 2009).

Finalmente, em consequência da reforma administrativa do Governo do Estado de Pernambuco, cujo marco é a Lei Complementar 049 de 31/01/2003, o IPA amplia sua competência para as áreas de pesquisa e desenvolvimento de serviços agropecuários, e incorpora as atividades de assistência técnica, extensão rural e de infraestrutura hídrica. Portanto, atualmente, o IPA representa a principal organização governamental responsável pelos serviços extensionistas do Estado de Pernambuco (IPA, 2009).

Para a realização dos serviços de Extensão, o IPA conta com uma diretoria de Extensão Rural, responsável por coordenar os Programas e Ações. De acordo com o Plano Anual de Trabalho 2009 (PAT):

O Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural implementado pelo IPA tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento rural de Pernambuco, tendo por base o fortalecimento da agricultura e da agroindústria de base familiar, o fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais, a elevação da qualidade e eficiência da produção agrícola, o combate à pobreza rural e a conservação do meio ambiente (IPA, 2009).

Os programas e ações de Assistência Técnica e Extensão Rural do IPA são orientadas pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER):

[...] em obediência aos princípios e diretrizes dessa Política Nacional, o IPA tem procurado adequar-se a esta realidade, capacitando todos os seus extensionistas rurais e agentes de extensão rural para oferecer um serviço de qualidade aos agricultores familiares, com eficiência, eficácia e efetividades (IPA, 2009).

A nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) foi criada em 2004 pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como sendo fruto das críticas ao modelo difusionista

de Extensão Rural e da intensificação dos novos vetores de estudo - destacando-se as novas concepções do meio rural e o desenvolvimento local.

Esta nova política representa, no plano teórico, um avanço na concepção do papel da Extensão Rural, pois, de acordo com o seu documento final, o modelo de extensão no país passa a estar baseado na dialogicidade, em metodologias participativas e na sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2004). O objetivo geral de ATER passa a ser:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações (BRASIL, 2004, p. 9).

Por outro lado, mesmo representando um avanço na concepção de Extensão Rural, o documento básico da PNATER apresenta algumas lacunas, no que diz respeito às temáticas de grande importância e que não estão sendo contempladas em sua totalidade. De acordo com Callou (2007, p. 112):

[...] Em primeiro lugar, a impressão que se tem ao ler o documento é a de que a Extensão Rural da ATER centrou suas preocupações exclusivamente no campo da agroecologia. As novas ruralidades, apontadas por muitos estudiosos como elementos importantes do desenvolvimento do meio rural hoje, embora apareçam nos objetivos da ATER como “atividades não agrícolas”, não se desdobram nas diretrizes que elabora. Por outro lado, o documento é parcimonioso no que se refere especificamente ao desenvolvimento local. Opta pelo verbete desenvolvimento rural sustentável, talvez mais compatível com a noção do rural como território das possibilidades agroecológicas.

No que tange à juventude, o documento a destaca em alguns momentos, inclusive, fazendo menção da importância das especificidades socioculturais para os processos organizativos e de capacitação para os jovens rurais. No entanto, nos eixos de trabalhos específicos com a juventude, a nova política de ATER parece restringir os jovens rurais, mais uma vez, ao processo de sucessão das atividades agrícolas. A juventude rural está assim destacada no tópico das Diretrizes da Política Nacional de ATER: “Viabilizar ações de ATER dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão” (BRASIL, 2004, p. 8).

Observamos, portanto, que a PNATER possui alguns avanços e algumas limitações. O que é preocupante, de fato, é a Lei nº. 12.188/10 que regulamenta a PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER). No âmbito das atividades agrícolas, a referida Lei sequer pontua sobre a agroecologia, aspecto que perpassava toda a política de Extensão Rural no documento da PNATER. Nesta lei, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é caracterizada como:

[...] serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL apud SINTERP, 2010, p. 1).

Em relação às atividades não agrícolas, a Lei não discorre em nada sobre a importância dessas atividades no desenvolvimento do meio rural brasileiro, aprofundando o vazio em relação a essa temática já sentida na própria PNATER. Por fim, a juventude rural também não é citada na referida Lei, apontada apenas nos princípios da PNATER enquanto “equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia” (BRASIL apud SINTERP, 2010).

De acordo com Islas (2000), os jovens são atores estratégicos no processo de desenvolvimento de um país, devido, fundamentalmente, ao fato de representarem um segmento altamente capacitado para adaptar-se ao cenário internacional de globalização e competitividade. Portanto, torna-se necessário que o modelo de Extensão Rural rompa com o sistema patriarcal-machista, como se refere AACC (1994) – que prevalece na sociedade brasileira, principalmente, no meio rural - onde os jovens e as mulheres ficam esquecidos nas políticas públicas de desenvolvimento.

A alegação de que a solução dos problemas do homem adulto, em geral vinculados à atividade agropecuária, gera reflexos positivos para toda a família é verdadeira, porém, trata-se de uma solução parcial que não abrange todas as questões da mulher e dos jovens e nem explora todo o potencial que eles apresentam para serem agentes efetivamente participantes do processo de desenvolvimento local (AACC, 1994, p.24).

Esse desenvolvimento não representa apenas o melhoramento econômico das populações rurais, pois, como observa Franco (1998) “não basta crescer economicamente, é preciso aumentar os graus de acesso das pessoas não só à renda, mas

à riqueza, ao conhecimento e ao poder ou à capacidade de influir nas decisões públicas” (FRANCO apud SANTOS, 2005, p. 11).

A ideia de o crescimento econômico estar associado ao empoderamento das comunidades se insere na proposta do desenvolvimento local, concepção esta que ganha força no final dos anos 1980, sendo entendido como “o processo de construção de oportunidades e de melhores condições de vida para populações locais, mobilizando capacidades e energias endógenas” (ARAÚJO; SANTOS; CALLOU apud SANTOS, 2005, p. 11).

Para Oliveira (2001), o grande desafio do desenvolvimento local consiste em ultrapassar os espaços já delimitados pelo Estado, criando novas formas de gestão social. De acordo com o autor, “faz-se necessário ir além da racionalidade burguesa inscrita no Estado, faz-se necessário inventar” (OLIVEIRA, 2001, p. 6).

A expressão “local” é aqui entendida como sendo o espaço de articulação entre as pessoas, que pode representar tanto as relações de igualdade, como também ser um palco de diferenças e conflitos entre os grupos sociais. Campanhola e Silva (2000) afirmam que são estas relações de conflito que permitem “a construção de novas relações sociais, que assumam como premissa que os interesses comuns sejam respeitados, discutidos e compatibilizados” (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p. 64).

Esse local é muitas vezes relacionado com o espaço físico, em uma comunidade, bairro ou cidade. No entanto, a noção de local ultrapassa os limites físicos, estando relacionado com a ideia das pessoas pertencerem e se identificarem com o território onde estão inseridos. Por isso, Pires (2005, p. 60-61) afirma que “quando falamos em desenvolvimento rural, estamos, necessariamente, tratando de desenvolvimento local”.

Campanhola e Graziano da Silva criticam as atuais políticas públicas para o meio rural brasileiro, pois, de acordo com os autores, para alcançar o desenvolvimento rural torna-se necessário o combate intensivo da pobreza rural. Os autores afirmam:

No caso brasileiro, uma política de desenvolvimento local deve ter como eixo central a eliminação da pobreza rural. Não há uma política mais abrangente voltada especificamente para eliminar a pobreza rural: o que existe são programas e projetos isolados, que acabam tendo pouca repercussão a médio e longo prazo para a inserção social dos pobres rurais. Na grande maioria das vezes a

ênfase das políticas de combate à pobreza rural é setorial e com uma abordagem parcial (geralmente agrícola) dos problemas. Além disso, as políticas voltadas para a pobreza são geralmente assistencialistas, de curto prazo, gerando mais dependência do que formas de se resolver os problemas locais (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p. 74-75).

O desenvolvimento local no meio rural brasileiro pode ser encarado como um instrumento de mobilização para superar as dificuldades existentes e proporcionar, além de maiores oportunidades de emprego e renda, uma melhoria de qualidade de vida das populações locais, na garantia dos seus direitos políticos e sociais. Nesse sentido, as políticas extensionistas podem se apresentar como uma das estratégias a serem utilizadas para alcançar o desenvolvimento local.

Nesse cenário, que se entrecruzam a juventude rural e as políticas de Extensão Rural, na perspectiva do desenvolvimento local, é de se perguntar: como os projetos de Extensão Rural do IPA consideram os jovens rurais? E de que forma os jovens rurais estão inseridos nos projetos de Extensão Rural no âmbito das atividades não agrícolas?

PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

No intuito de conhecermos o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e os seus trabalhos no âmbito da Extensão Rural, realizamos uma análise documental do Instituto, utilizando os Relatórios Técnicos dos Projetos e os Planos Anuais de Trabalho, onde tivemos a oportunidade de identificar os programas que estão sendo realizados pelo IPA e em quais deles está sendo contemplada - e como está sendo - a juventude rural.

A escolha em trabalharmos com os projetos de Extensão Rural do IPA deveu-se pelo fato de o Instituto representar a principal organização governamental responsável pelas políticas extensionistas no estado de Pernambuco. A pesquisa ocorreu a partir do ano de 2003, por representar o período que o IPA assume a responsabilidade pelas atividades extensionistas em Pernambuco, conforme Lei Complementar 049/2003.

Buscando entender melhor a realidade da comunidade Brejinho da Serra, no município de Petrolândia/PE, foram feitas algumas visitas ao local, conhecendo e discutindo com as pessoas que estão relacionadas com as atividades desempenhadas

pelo IPA. A escolha do município de Petrolândia e da comunidade Brejinho da Serra ocorreu devido ao fato de serem locais onde estão sendo desenvolvidas atividades pelo IPA e que possuem a inserção da juventude, segundo informações de extensionistas da sede estadual do Instituto. Foi também relatado que é no município de Petrolândia que o Instituto possui mais tempo de trabalho com projetos que envolvem a juventude rural. Portanto, foi levado em consideração o tempo em que o IPA está desempenhando atividades nessas regiões e a realização de projetos com os jovens rurais.

Vale ressaltar que foram realizadas várias reuniões de apresentação do projeto de dissertação com extensionistas do IPA em Recife, uma vez que, aparentemente, não existe um setor específico do Instituto para trabalhar com os jovens rurais. Dessa forma, algumas visitas ao IPA foram frustradas, pois os extensionistas ficavam passando a responsabilidade das informações para outras pessoas, dando a entender que o trabalho do Instituto com a juventude é disperso e sem uma organização adequada. Por esses fatores, foram necessárias algumas várias visitas ao IPA com o objetivo único de apresentar o projeto de dissertação e dialogar com os extensionistas o melhor local de realização da pesquisa.

Como recursos metodológicos, foram realizadas conversas grupais e entrevistas individuais semi-estruturadas com os jovens rurais atendidos pelos projetos do IPA, no intuito de analisarmos o ponto de vista da juventude acerca dos projetos de que faz parte, bem como fazermos uma sondagem sobre as potencialidades e as demandas da juventude rural (apêndice 01). Apesar do entendimento da pluralidade e diversidade das juventudes, entrevistamos jovens de acordo com o critério da faixa etária, por questões práticas e por ser o critério utilizado pelas políticas públicas. No entanto, a própria faixa etária da juventude não está definida, variando conforme trabalhos acadêmicos ou por região no mundo. A Organização das Nações Unidas (ONU) considera jovens aqueles inseridos na faixa etária entre 14 e 24 anos, embora outras organizações, entre elas a Organização Internacional de Juventude (OIJ) amplia essa faixa etária para 14 a 29 anos. Considerando a diversidade e a pluralidade da juventude, utilizamos a faixa etária definida pela OIJ, mesmo não sendo a faixa etária utilizada pelo IPA, uma vez que o Instituto trabalha com jovens inseridos na faixa etária entre 15 a 29 anos. Importante ressaltar que não perderemos de vista em nossas análises as contribuições dos autores sobre as variedades do que é “ser jovem”, como será discutido no capítulo seguinte.

Foram entrevistados oito jovens entre 14 a 29 anos de idade, da comunidade Brejinho da Serra, no município de Petrolândia, em Pernambuco, com o objetivo de analisar a leitura que os jovens fazem em relação aos projetos de Extensão Rural do IPA, bem como conhecer um pouco da realidade da juventude rural, isto é, suas potencialidades, suas demandas e suas perspectivas de futuro.

A princípio, as entrevistas seriam todas individuais. Entretanto, os jovens demonstraram uma timidez grande, sendo difícil obter respostas mais aprofundadas. Apesar de buscarmos utilizar uma metodologia dialógica e informal, não conseguimos, na maioria das vezes, fazer com que os jovens se sentissem à vontade para explicar o que lhe vinha em mente, sendo muitas respostas de caráter telegráfico – como veremos ao longo desta dissertação. Assim, acabamos por entrevistar cinco rapazes de maneira individual e realizamos uma entrevista coletiva com três garotas.

Preservando a identidade dos jovens entrevistados, denominaremos os mesmos com letras do alfabeto, ou seja, entrevistado A, entrevistado B, e assim por diante. Ressaltamos que dos oito jovens entrevistados, cinco rapazes e três garotas. Essa divisão de gênero ocorreu aleatoriamente, uma vez que entrevistamos os jovens presentes em nossas visitas à comunidade.

Por outro lado, realizamos entrevistas com os extensionistas do IPA que desempenham atividades relacionadas aos projetos na comunidade Brejinho da Serra em Petrolândia, no sentido de conhecer as atividades do Instituto na comunidade, as dificuldades encontradas e as perspectivas de projetos futuros.

A coleta de dados foi realizada a partir da combinação de técnicas etnográficas e das entrevistas já citadas, com o objetivo de identificar e analisar a forma que a juventude rural está sendo considerada nos projetos de Extensão Rural do IPA.

CAPÍTULO 1

JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO RURAL:

UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

A juventude pode ser entendida como um período específico da vida do ser humano, em um determinado momento do desenvolvimento histórico e cultural, onde se intensificam – mas não se completam - os processos de formação física, intelectual, social e cultural. É também na juventude onde se observa o surgimento e cultivo da contestação e rebeldia, gerando grande potencial transformador e possibilidade de mudanças na sociedade (CORDEIRO, 2009).

Essa caracterização do período da juventude não significa um processo de homogeneização dos jovens, pois os mesmos são caracterizados pela grande diversidade existente, relacionada às suas condições sociais e históricas específicas. De acordo com Bourdieu (1983), a juventude se divide em, pelo menos, dois grupos: a juventude burguesa e a juventude popular, com diferenças marcantes entre si. E, mesmo dentro desses grupos, existe uma grande diversidade. De acordo com o autor:

Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou, para encurtar, entre as duas juventudes. Por exemplo, poderamos comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo, etc., dos "jovens" que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes: de um lado, as coerções do universo econômico real apenas atenuadas pela solidariedade familiar; do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quase-lúdica, fundada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatro e cinema a preço reduzido, etc. Encontraríamos diferenças análogas em todos os domínios da existência: por exemplo, os garotos mal vestidos, de cabelos longos demais, que nos sábados à noite passeiam com a namorada numa motocicleta em mau estado são os que a polícia pára (Bourdieu, 1983).

Em linha similar de pensamento, Weisheimer (2005, p. 26) afirma que:

As interpretações sobre a condição juvenil demonstram que esta é uma construção social, cultural e histórica altamente dinâmica e diversificada, o que implica considerá-la uma realidade múltipla, visto que os jovens não formam um todo homogêneo. Quando se consideram as diferenças de classe social, etnia e gênero, por exemplo, percebem-se distinções relativas às posições ocupadas nos espaços sociais – que por sua vez são diferentes entre si – e aos processos de socialização.

Dessa forma, afastamos a tentativa de estudar e compreender a juventude como algo linear e homogêneo. Existem várias formas de delimitação da juventude, como a faixa etária, o processo de maturidade, ou ainda como um período de transição entre a infância e a vida adulta. Essas dimensões sozinhas não são suficientes para a compreensão da juventude em sua totalidade, sendo necessária uma visão mais ampla, entendendo o jovem não como um indivíduo sendo preparado para a vida adulta, mas como um ser autônomo, que possui suas potencialidades e demandas específicas, mesmo que não exclusivas. Importante possuir uma visão onde o indivíduo amadurece não por uma passagem de ciclo de vida, mas pelas relações sociais que acompanham a sua trajetória e também se modificam no percurso da vida (WAIZBORT apud TAVARES, 2009).

Esse entendimento da pluralidade e diversidade da juventude pode fazer com que ela seja vista como protagonista nos estudos acadêmicos e nas políticas públicas. Como nos diz Catani e Gilioli (2008, p. 36):

[...] Assim, mesmo com todos os problemas (acesso à educação, ingresso no mercado de trabalho, violência, formação de nova família, possibilidade de aquisição de bens de consumo, etc.), os segmentos jovens têm se constituído em poderosa força que influirá de maneira intensa e decisiva nos rumos das sociedades modernas.

No entanto, os estudos, na maioria dos casos, analisam os jovens apenas como beneficiários de determinadas políticas públicas e não como atores-chave e protagonistas de um processo de emancipação social e política.

Importante ressaltar que outras temáticas estão relacionadas ao tema da juventude, devendo ser estudadas concomitantemente, como é o caso, por exemplo, da sustentabilidade, do desenvolvimento econômico, da territorialidade, da democracia, dos direitos humanos, entre outros (CAPUTO, 2006).

Segundo dados do IBGE, a população do Brasil era de 169.799.170 habitantes no ano 2000, sendo a população urbana de 137.953.959 habitantes (81,25%) e a população rural de 31.845.211 habitantes (18,75%). Em Pernambuco, a tendência da urbanização da sociedade brasileira também ocorre, contudo, numa proporção inferior ao dado nacional. Em nosso Estado, no ano 2000, a população total era de 7.910.992 habitantes, sendo que a população urbana respondia por 76,5% (6.052.142 habitantes) e

a população rural representava 23,5% (1.858.850 habitantes). Os dados mais recentes, da Pesquisa por Amostragem de Domicílio (PNAD) de 2008, revelam que atualmente oito milhões de jovens vivem no meio rural, representando 16,3% da população jovem brasileira ou 49 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos³.

À luz desses dados, podemos observar que o contingente da população jovem no espaço rural brasileiro não é negligenciável, necessitando de estudos que problematizem a realidade de vida dessa população, na perspectiva de construção de políticas públicas condizentes com suas demandas e potencialidades. No entanto, como diz Caputo (2006, p. 3-4):

En tanto a nivel gobiernos es muy poca y puntual la producción (Chile, Perú, Argentina). Algunas agencias de cooperación internacional han tenido un papel fundamental para ir ganando el compromiso del sector público hacia el estudio y acción a favor de la juventud rural. [...] Solamente, algunas instituciones privadas, como ONGs y centros de investigación han impulsado el tema, aunque de manera muy insuficiente.

Observamos que a falta de estudos sobre a juventude rural não é uma especificidade do Brasil. Ao contrário, é um problema que se repete em outras partes do mundo. No Brasil, essa precariedade de estudos acerca a juventude rural pôde ser constatada no trabalho realizado por Weisheimer (2005), onde foram observados que no período entre 1990 a 2004 se encontraram apenas os seguintes trabalhos publicados: duas teses de doutorado, três livros, 18 dissertações de mestrado e 27 artigos publicados em periódicos ou anais de congressos científicos. Portanto, é pequena a produção sobre a juventude rural em termos de volume, visto que a média de produções científicas não ultrapassa quatro trabalhos por ano, durante o período estudado. Esses dados demonstram a “invisibilidade” dos jovens rurais nas produções acadêmicas, bem como no delineamento das políticas públicas.

³ Esses dados consideraram as definições oficiais de espaços urbanos e rurais, onde toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características, é considerada urbana. De acordo com Veiga (2003), essa definição oficial não é suficiente para compreender a realidade da ocupação do espaço no Brasil, sendo necessária uma renovação do pensamento brasileiro sobre as tendências da urbanização e uma urgente elaboração de novos critérios de divisão territorial que sejam mais adequados ao século XXI.

A “situação de invisibilidade” a que está sujeito esse segmento da população se configura numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que dessa forma esses jovens não se tornam sujeitos de direitos sociais e alvos de políticas públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão. Nesse contexto, a juventude rural aparece como um setor extremamente fragilizado de nossa sociedade. Enquanto eles permanecerem invisíveis ao meio acadêmico e ao sistema político, não sendo socialmente reconhecidos como sujeitos de direitos, dificilmente serão incluídos na agenda governamental (WEISHEIMER, 2005, p. 8).

Apesar de pouca expressividade da produção acadêmica sobre a juventude rural, a temática, aparentemente, começa a ganhar uma maior relevância, uma vez que do total dos trabalhos reunidos, 86% foram publicados no período entre os anos de 2001 e 2004. De acordo com as análises realizadas desse estudo, os trabalhos sobre a juventude rural ainda são muito localizados, faltando uma abrangência nacional, na perspectiva de realização de estudos comparativos e de obtenção de dimensões macroestruturais, para não ficarmos “presos às especificidades dos contextos locais em detrimento dos aspectos globais e históricos que afetam as diversas expressões juvenis dos espaços agrários” (WEISHEIMER, 2005).

De acordo com Brumer (2007), os estudos já conseguiram avançar bastante nos conhecimentos das tendências migratórias, demonstrando que os principais motivos de migração ocorrer pelas dificuldades encontradas na vida rural, fundamentalmente no que se refere às condições extremamente precárias das atividades agrícolas e à falta de oportunidades de trabalho para além das atividades agrícolas. De acordo com a autora, torna-se necessário agora analisar os fatores que são favoráveis aos jovens rurais continuarem no campo, ou seja, analisar “o modo de vida, as relações sociais, as condições estruturais, as oportunidades de lazer e acesso a atividades agrícolas e não agrícolas, para os jovens de ambos os sexos” (BRUMER, 2007, p. 41).

Um aspecto interessante relacionado à tendência migratória dos jovens rurais é que o número de moças é superior ao número de rapazes que migram para as grandes cidades, causando um fenômeno ainda pouco estudado que é o da masculinização do meio rural. Esse fenômeno está relacionado com a própria divisão tradicional e patriarcal do trabalho, onde as mulheres não são reconhecidas como trabalhadoras agrícolas, mesmo realizando tanto as atividades domésticas quanto as atividades da agricultura. Desse fato decorre outro aspecto, pois uma vez que as moças não são

reconhecidas como fundamentais para o trabalho agrícola, elas conseguem obter um nível de escolarização superior ao dos rapazes, aumentando suas possibilidades de migração e inserção em outros campos profissionais (CARNEIRO, 2007).

Analisando os fatores que podem favorecer a permanência dos jovens no campo, Wanderley (2007) realizou uma pesquisa observando que os jovens, em grande parte, valorizam a vida rural, principalmente, pelos laços afetivos que possuem com a família e os amigos, pela relação com a natureza e pelas raízes pessoais, caracterizando um sentimento de pertencimento com a localidade onde vivem. Segundo a autora, a família rural, além da relação afetiva, também representa uma unidade de produção, envolvendo todos os seus membros nas atividades agropecuárias. Assim, a migração dos jovens rurais para as grandes cidades provoca tensões familiares, no sentido de comprometer as atividades desempenhadas pelo conjunto da família na unidade de produção. Por outro lado, o estudo apontou que os jovens também salientam vários aspectos que dificultam a permanência no campo, como a deficiências dos serviços públicos, a fuga à exarcebada autoridade paterna e à falta de alternativas profissionais que gerem ocupação e renda, dentro ou fora da agricultura (WANDERLEY, 2007).

Outro aspecto que dificulta bastante a permanência dos jovens no meio rural e impulsiona os mesmos para a migração diz respeito à estrutura agrária brasileira. Ainda de acordo com Wanderley (2007, p. 24):

A estrutura de distribuição da terra é a responsável maior pelo bloqueio à reprodução social dos pequenos agricultores camponeses das áreas estudadas, na medida em que impõe profundas restrições à capacidade produtiva do estabelecimento, inibe as possibilidades de ocupação da força de trabalho dos próprios membros da família e, em consequência, provoca nos jovens a necessidade da migração.

Essa realidade é ainda mais forte nos jovens que são filhos de não proprietários, como os parceiros ou mesmo os filhos de militantes dos movimentos camponeses. Em encontro realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em novembro de 2009 no município de Aliança-PE, com a juventude rural de áreas de assentamento do Estado de Pernambuco, já mencionado anteriormente, observou-se que a principal demanda da juventude é a terra. A enorme injustiça social do campo brasileiro, apresentado na sua estrutura agrária, e a falta de políticas públicas para os jovens rurais representam grandes entraves para sua permanência no meio rural brasileiro.

A questão principal não é, portanto, a de ficar ou sair do meio rural, mas a transformação da localidade, no sentido do jovem rural poder optar por migrar para outras cidades ou permanecer no meio rural, com condições dignas nas atividades agrícolas e não agrícolas e a garantia aos serviços básicos, como educação, saúde, lazer, cultura e esporte. Dessa forma, ganha relevância a necessidade de políticas para os jovens rurais, conseqüentemente, políticas para o desenvolvimento das comunidades rurais.

Analisando as políticas para a juventude como um todo, Islas (2000) aponta que de uma maneira geral essas políticas consolidaram-se, na América Latina, a partir dos anos 1990, tendo quatro principais focos de análises dos jovens: a) entender a juventude como uma etapa transitória da vida do indivíduo; b) idealizá-los, ou seja, ou todos os jovens são bons ou todos são perigosos; c) homogeneizar a juventude, não considerando as suas especificidades relativas ao ambiente onde estão inseridos; d) enviá-los para o futuro, ou seja, entende-se a juventude como o futuro do país, mas não se leva em consideração as problemáticas que atingem os jovens no presente.

Essas políticas, além de se dirigirem quase exclusivamente aos jovens das grandes cidades, não inserem os mesmos na construção dessas políticas, encarando a juventude apenas como beneficiária de programas e ações, ou como fruto de um processo formativo, cujos jovens não são protagonistas. Assim, é importante a construção coletiva de políticas públicas (e não políticas governamentais), que encarem os jovens como atores sociais estratégicos para o desenvolvimento de determinada localidade, incorporando a juventude em questões específicas deste segmento, mas também discutindo o que está em torno da juventude, como as políticas ambientais, econômicas ou culturais (CORDEIRO, 2009).

Em linha similar de pensamento, Islas (2000, p. 225) afirma que:

[...] diríamos que el diseño de políticas integrales de juventud, tienen que pasar de ser políticas gubernamentales a ser en realidad políticas públicas en el pleno sentido de la palabra, con dos elementos que en el nuevo contexto son indispensables: actores diversos e fortalecidos y, el establecimiento de agendas consensuadas para priorizar las demandas juvenis, que ataquen centralmente las causas y no lo efectos.

Dessa forma, ampliar o foco de intervenção, ou seja, buscar a construção de políticas públicas também para a juventude rural torna-se relevante, uma vez que esse segmento apresenta um conjunto de problemáticas comuns aos jovens das grandes cidades, além de inúmeras precariedades específicas, que estão relacionadas ao ambiente onde estão inseridos. Torna-se necessário a construção de políticas públicas para os jovens rurais que estejam casadas com políticas de desenvolvimento rural, rompendo com o viés urbano das políticas públicas no meio rural (BARTH; BROSE, 2002).

Se, por um lado, os jovens rurais não foram devidamente contemplados pelas políticas públicas em geral, por outro, sempre estiveram presentes nas diretrizes elaboradas pelas políticas de Extensão Rural, numa perspectiva de fixá-los no campo e de transformações de suas mentalidades.

As políticas extensionistas surgem no Brasil, institucionalmente, em 1948 na Universidade Federal de Viçosa, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) no estado de Minas Gerais, através de convênio entre o governo mineiro e a American International Association for Economic and Social Development (AIA), instituição esta fundada pela família Rockefeller. O objetivo era intensificar a produção agropecuária e elevar os níveis socioeconômicos das populações rurais.

Importante ressaltar que o surgimento da Extensão Rural no Brasil não ocorre por uma necessidade endógena e sim pelos interesses externos. Assim, não só no Brasil surge a Extensão Rural, mas também em boa parte dos países da América Latina e no Extremo Oriente. Figueiredo (1981, p. 1) afirma:

A Extensão Rural surge no Brasil na mesma época em que surge na América Latina e no Extremo Oriente. Isto demonstra que ela não surge aqui nem em lugar nenhum como algo endógeno, que responde às necessidades sociais, econômicas, políticas de uma formação social determinada. O fenômeno do surgimento da Extensão Rural nos países subdesenvolvidos demonstra que ela é exógena, surgindo por uma necessidade externa.

Dessa forma, a Extensão Rural no Brasil - atendendo às demandas externas e não as demandas das comunidades rurais - inicia os seus trabalhos, desenvolvendo programas e ações com grupos de homens, mulheres e jovens, almejando sempre a difusão de novas tecnologias no meio rural brasileiro e, conseqüentemente, uma maior

produtividade e qualidade de vida. De acordo com o Plano Diretor Quinquenal da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (criada, em 1956 para centralizar as atividades extensionistas desenvolvidas no Brasil), no período de 1961-1966, a Extensão Rural se define como:

[...] um processo de trabalho cooperativo, baseado em princípios educacionais, que tem por fim levar diretamente aos adultos e jovens do meio rural, ensinamentos sobre agricultura, pecuária e economia doméstica, visando a modificar hábitos, atitudes da família, nos aspectos técnico, econômico e social, possibilitando-lhes maior produção e melhor produtividade, elevando-lhes a renda e melhorando seu nível de vida (Plano Diretor Quinquenal – ABCAR apud QUEDA, s.d., p. 18).

O objetivo central da Extensão Rural em aumentar a produção agrícola do campo brasileiro foi alcançado, principalmente, durante a década de 1970, onde os índices de produtividade foram bastante altos. Entretanto, um preço muito alto foi pago para esse aumento desenfreado da produção agrícola. De acordo com Pires:

Como se sabe, a ótica foi crescer, crescer e crescer a qualquer custo, a partir de práticas de manejo “modernas” com base em amplo uso de agrotóxicos que, tanto comprometia a vida dos trabalhadores, como trazia sérios problemas ao ambiente. O “bolo” cresceu, é verdade, satisfazendo o desejo dos economistas do governo militar, mas, diferentemente do que anunciavam, não foi dividido. Ao contrário, fez ampliar, ao mesmo tempo, a concentração de capital por um lado e as desigualdades sociais por outro (PIRES, 2005, p. 55-56).

Observa-se, assim, que não houve a preocupação com o desenvolvimento das comunidades rurais nos objetivos da Extensão Rural. É importante ressaltar que o crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento social e, por isso, não é suficiente para que uma determinada sociedade se desenvolva. De acordo com Lima e Figueiredo (2005, p. 72), desenvolvimento confundido com crescimento econômico passa a ser “sinônimo de industrialização, de acumulação de bens, o pleno exercício da sociedade de consumo e o predomínio de valores ocidentais de vida”.

O desprezo com tradições e valores culturais e a concepção de que o crescimento econômico seria suficiente para fazer com que as comunidades rurais se desenvolvessem, aumentando a sua produtividade e, conseqüentemente, melhorando a sua qualidade de vida eram os pressupostos dos programas e ações da Extensão Rural com os grupos de homens, mulheres e de jovens rurais.

Os trabalhos com a juventude eram realizados, desde o surgimento da Extensão Rural no Brasil, através dos Clubes 4-S (Saber, Sentir, Servir e Saúde), seguindo o modelo norteamericano dos clubes 4-H (Hand, Hart, Head, Health). Os Clubes 4-S, assim como as demais tarefas da Extensão Rural, tinham por finalidade introduzir novos conhecimentos e mudanças de hábitos para que, a partir dessas mudanças de atitudes, houvesse um aumento de produtividade e a receptividade mais passiva das novas tecnologias agropecuárias (FIGUEIREDO, 1981).

Almejavam a constituição de um “novo” jovem rural, buscando demonstrar as vantagens das tecnologias agropecuárias. Reuniam jovens entre 14 e 25 anos, desenvolvendo atividades relacionadas à agropecuária (milho, gado leiteiro, soja, dentre outros) e programas de Educação Alimentar e Sanitária, objetivando difundir novos hábitos e costumes pessoais. Possuíam uma forte e rígida estrutura de disciplina e de organização, utilizando como estímulo os concursos de produtividade e cultivos demonstrativos de competição (MUSSOI apud SILVA, 2002).

Para alcançar os seus objetivos, os extensionistas utilizavam, como já assinalamos anteriormente, os clubes 4-S também como formação de lideranças juvenis, numa perspectiva desses líderes contribuírem com a disciplina e organização dos jovens quatroessistas, bem como um fator de estimular uma maior participação dos jovens rurais. Um exemplo é o fato de que para se tornar sócio dos 4-S era necessário ter o apoio dos pais e do líder do clube. Uma vez sócio, o jovem tem direito a usufruir de todas as vantagens que o clube pode oferecer. Entretanto, em contrapartida, tem que cumprir com todas as obrigações, sob risco de punição, como multa em dinheiro (SILVA, 2002).

No entanto, os Clubes 4-S enfrentaram resistências dos jovens rurais, que com imprevisto e desobediência criaram obstáculos para os objetivos dos programas extensionistas, utilizando o espaço de encontro dos Clubes 4-S com outros propósitos, muitas vezes como espaços de sociabilidade. Nesse sentido, se refere Silva:

[...] A procura por estes clubes também pode ter ocorrido para encontrar e fazer amigos, ter acesso a conhecimentos, namorar, etc. As fontes de pesquisa apontam que houve “socialização de palavras” nas reuniões. Houve o contato entre os jovens e, portanto, a discussão pode tomar outro rumo. Sugiro então que estes jovens não permaneceram enfileirados e em silêncio como um projeto gostaria;

utilizaram-se desses espaços de diferentes maneiras, e em algumas vezes mudando o andamento da reunião por causa das conversas (SILVA, 2002, p. 6).

O próprio status de liderança do clube era, por vezes, utilizado como tática para “se dar bem” nas paqueras, por ter acesso aos treinamentos exclusivos para as lideranças e possuir um maior conhecimento dos assuntos que eram discutidos em reunião. Ou seja, os extensionistas utilizavam as lideranças dos clubes 4-S para controlar os desvios de comportamento dos jovens quatroessistas, ao mesmo tempo em que os jovens rurais utilizavam o status de lideranças para ressignificar os clubes 4-S (SILVA, 2002).

Atrelado a esse processo de resistência dos jovens rurais, havia também os movimentos sociais que se infiltravam nos Clubes 4-S, com o intuito de acabar com os mesmos, devido às discordâncias políticas e sociais que possuíam. Silva (2002, p. 9) aponta que esses dois fatores “golpearam os clubes 4-S de dentro para fora, num processo que levou a um grande questionamento não somente dos clubes 4-S, mas da Extensão Rural como um todo”.

Apesar dos constantes questionamentos e críticas ao modelo difusionista, a Extensão Rural não realiza grandes alterações no seu modo de trabalhar durante o período da Ditadura Militar (1964 – 1985).

A grande transformação na Extensão Rural durante o período da ditadura militar foi a estatização do sistema ABCAR, surgindo a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) nos respectivos estados. De acordo com Figueiredo (1981), essa transformação apenas homologou o que já era esperado, uma vez que a institucionalização dos serviços extensionistas garantiria o dinheiro governamental para pagar aos técnicos agrícolas.

[...] O grande objetivo passou a ser o de que o governo pagasse o orçamento do sistema de uma forma permanente. Assim, cada vez mais o sistema vai ter a preocupação de ser fiel às diretrizes governamentais, colocando-se de acordo com os planos e prioridades do governo, isto já a partir de 1965-66, exatamente para garantir os recursos. Por isso, a transformação da ABCAR em EMBRATER é pura e simplesmente um ato formal que consagra uma situação. Já que cada vez mais o dinheiro estava na mão do poder público (FIGUEIREDO, 1981, p. 18-19).

As diretrizes estabelecidas para os trabalhos da EMBRATER não fogem do ideal difusionista, afirmando que a prioridade era a transferência de tecnologias, na perspectiva de aumentar a produtividade e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida das populações rurais (FIGUEIREDO, 1981).

Para o período programático de 1980-85, o Conselho do Sistema Brasileiro de ER – CONSIDER encaminha as diretrizes e os objetivos para o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIMBRATER). Entre os vários tópicos contidos nestas diretrizes, encontra-se o trabalho ampliado com a juventude rural. No entanto, não se alteram os focos de análise dessas políticas de Extensão Rural para a juventude. Ou seja, as políticas extensionistas permanecem considerando os jovens apenas como beneficiários dos projetos, não os inserindo na construção dessas políticas, bem como focando unicamente as atividades agrícolas, sem levar em conta a intensificação das atividades não agrícolas no meio rural (FIGUEIREDO, 1981).

O meio rural brasileiro, a partir de meados dos anos 1980, começa a construir uma nova conformação do seu ambiente, não podendo ser mais visto apenas como sinônimo de atividades agrícolas. O processo de individualização da atividade agrícola, atrelado à concentração de terra em nosso país, faz com que tanto os cônjuges quanto os filhos reduzam sua participação nestas atividades, inserindo-se em outras atividades, não necessariamente relacionadas à agropecuária (DEL GROSSI, 2002).

Estudos apontam que as atividades não agrícolas vêm gerando um aumento do número de pessoas ocupadas e proporcionando um aumento da renda das famílias rurais. De acordo com Campanhola e Silva (2000, p. 81):

[...] Face às dificuldades crescentes de oferta de emprego no meio urbano, a capacitação profissional em atividades não agrícolas dos jovens rurais pode-se constituir em alternativa viável para mantê-los no campo, desenvolvendo atividades inovadoras no seu próprio meio. Estariam, assim, contribuindo para o aumento da oferta de empregos não agrícolas no meio rural, bem como para uma maior estabilização de renda das famílias que anteriormente tinham todos os seus membros trabalhando na agricultura.

Com o fim da Ditadura Militar de 1964, várias pesquisas foram sendo realizadas, demonstrando os impactos negativos desse modelo. De acordo com Callou (2007, p. 103):

[...] Nesse sentido, o somatório do impacto da *Extensão ou Comunicação?*, das pesquisas críticas no campo da Comunicação, das experiências extensionistas bem sucedidas das organizações não governamentais, dos resultados da “modernização dolorosa” (a expressão é de José Graziano da Silva) e do soerguimento dos movimentos populares nos anos 1970/1980 acabou por desbancar a hegemonia teórica da Extensão Rural no campo da difusão de inovações.

Mesmo com a extinção do sistema EMBRATER no final da década de 1980, pelo governo Sarney – acompanhando as políticas neoliberais -, a Extensão Rural resiste e vai se renovando com o tempo. Nos anos 1990 e, principalmente, no começo do século XXI, novos vetores de estudos ganham evidência, como as novas concepções do meio rural, a importância das culturas populares e, fundamentalmente, a Teoria do Desenvolvimento Local, rompendo com a lógica de o crescimento econômico ser suficiente para o desenvolvimento das comunidades rurais (CALLOU, 2007).

Na década de 1990, várias são as iniciativas de programas e projetos de desenvolvimento local, realizados tanto pelas organizações governamentais como não governamentais. Esses programas e projetos se caracterizavam, fundamentalmente, pela abordagem multissetorial, ou seja, a atuação em diferentes dimensões da vida do ser humano, como saúde, educação e geração de ocupação e renda. O desenvolvimento local se apresenta, assim, como uma nova estratégia de desenvolvimento, utilizando-se do potencial endógeno para a geração de ocupação e renda e tendo a sustentabilidade como eixo norteador.

A participação dos atores locais é fundamental para o processo de desenvolvimento local. A participação não pode ser restringida apenas a ser membro de alguma associação comunitária. Participação é entendida como o compartilhamento do poder, ou seja, a divisão e delegação de poder para as tomadas de decisões para toda população envolvida nas atividades. Como explicita Barth e Brose (2002, p. 26 e 105):

Portanto, a participação não é entendida aqui como simples aplicação de instrumentos participativos e produção de relatórios sobre o processo de trabalho grupal, mas como o elemento chave de fortalecimento e aprofundamento do processo de redemocratização do país e das instituições públicas. A participação consiste na criação e consolidação de espaços de diálogo entre o setor público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, onde são tomadas decisões, ou seja, onde há delegação e compartilhamento de poder. [...] A participação para além da introdução e difusão de métodos implica,

portanto, em mudanças a médio e longo prazo na cultura sócio-política da comunidade e das forças políticas locais.

No âmbito da participação, como compartilhamento de poder, a juventude também adquire importância nesse processo, por ser um período de grande inquietação e de energia transformadora de uma determinada realidade. Esse fato faz com que os/as jovens representem um segmento crucial para a construção do desenvolvimento local. Como assinala Cordeiro (2009, p. 73):

Talvez o que haja de mais singular no trabalho com as juventudes para fins de desenvolvimento é o fato de a juventude ser o único ator social que, além de transversal a toda a diversidade da sociedade, muda de “categoria social”: com o passar do tempo deixa de ser “jovem”. Tal característica faz da juventude um ator-chave para a transmissão e a continuidade de mudanças (locais e estruturais) através das gerações, uma vez que, acredita-se, aqueles que experimentam elevados níveis de empoderamento enquanto ainda jovens terão maiores chances de prestar mais atenção às relações intergeracionais em comparação com aqueles que não têm essa experiência.

Nesse sentido, é um desafio para as políticas públicas (e aqui se incluem as políticas extensionistas), na perspectiva do desenvolvimento local, encarar a juventude como um ator social, sendo esse segmento levado em consideração tanto nas políticas específicas para os jovens, quanto nas políticas mais abrangentes, como a ambiental, econômica, cultural ou social (BARTH; BROSE, 2002).

Essa nova concepção de desenvolvimento fortalece a compreensão de que a Extensão Rural possui uma importância fundamental no desenvolvimento das populações rurais, não mais como transmissora de técnicas e conhecimentos, mas baseada na participação dos atores sociais.

A concepção da Extensão Rural participativa e dialógica está presente na nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), criada em 2004, pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo fruto das incessantes críticas ao modelo difusionista e ao processo de intensificação dos novos vetores de estudo. Apesar de apresentar avanços, o documento final da PNATER ainda apresenta várias lacunas. Uma dessas lacunas diz respeito a pouca ênfase dada à importância que possui as atividades não agrícolas no meio rural. Como afirma Abramovay (2007, p. 2):

O documento do DATER/SAF/MDA simplesmente não leva em conta a vasta produção brasileira e internacional mostrando que, mesmo nas áreas interioranas mais remotas, em que se encontra a grande maioria dos estabelecimentos agropecuários, o peso da agropecuária na formação da renda e na ocupação dos membros da família é cada vez menor. Esta é, certamente, a mais importante tendência dos processos de modernização da agricultura contemporânea, em todo o mundo. É claro que o ritmo do declínio da agricultura pode variar em função de inúmeras circunstâncias. Mas não é admissível que a extensão rural limite-se a preocupar-se com a agricultura ou com as atividades que se encontram a jusante da agricultura (agroindustrialização) quando seu desafio básico deveria ser o de contribuir para o desenvolvimento rural.

Essa lacuna se torna ainda mais preocupante pelo fato de que a Lei 12.188/10 – que regulamenta a PNATER – não fazer menção alguma às atividades não agrícolas, apenas pontuando que um de seus objetivos é “aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais” (BRASIL, apud SINTERP, 2010). Além de ignorar a importância que as novas ruralidades possuem no meio rural brasileiro, a referida Lei aparenta remontar o passado da Extensão Rural, onde o grande objetivo era o de aumentar a produtividade.

Devido ao constante deslocamento das atividades industriais e de serviços para o meio rural, as atividades não agrícolas ganham, cada vez mais, um maior destaque entre os jovens rurais. Dessa forma, a juventude rural se insere, além do trabalho na agricultura, em outras atividades, relacionadas, principalmente, ao turismo, serviços, educação e comércio (WEISHEIMER, 2005).

Esse fenômeno é conhecido como pluriatividade, onde os trabalhadores e as trabalhadoras acumulam funções nas atividades agrícolas e também nas atividades não agrícolas, sejam elas dentro ou fora do estabelecimento familiar. Isso não significa o abandono das atividades agrícolas. Pelo contrário, se caracteriza como “uma estratégia da família, afim de, diversificando suas atividades, fora do estabelecimento, assegurar a reprodução deste e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família” (WANDERLEY, 2009, p. 193). A pluriatividade atinge, fundamentalmente, os jovens, uma vez que esse segmento possui uma maior facilidade de se apropriar de novas ferramentas e habilidades nas atividades não agrícolas.

Dessa forma, as políticas de Extensão Rural assumem um papel fundamental, estando atentas às especificidades, potencialidades e demandas da juventude rural, não somente no que se refere ao desenvolvimento de práticas agrícolas, mas também de demandas não agrícolas.

Com relação à juventude, o documento final da PNATER, aparentemente, não avança na construção de políticas para esse segmento. Apesar de estar contida em algumas partes do documento, não é considerada a importância que possui o trabalho com os jovens tanto nas atividades agrícolas quanto nas atividades não agrícolas, numa perspectiva de evitar o êxodo juvenil, bem como garantir um processo de desenvolvimento rural protagonizado pela população jovem. De acordo com Abramovay (2007, p. 2):

[...] O processo de envelhecimento da população economicamente ativa na agricultura é uma expressão clara da natureza não agrícola da pobreza rural: os jovens migram em busca de oportunidades de trabalho fora das regiões em que estão seus familiares com imensa frequência. Não será uma das missões fundamentais da extensão rural trabalhar para favorecer a criação de oportunidades de trabalho e geração de renda para ao menos parte destes jovens, cuja possibilidade de realização profissional na agricultura é cada vez menos provável?

Dessa forma, os estudos apontam que as políticas de Extensão Rural ainda têm muito a avançar quando se fala em juventude rural, fundamentalmente, em duas questões: a primeira é encarar os jovens não como beneficiários de programas, mas sim como atores sociais estratégicos para o desenvolvimento das comunidades rurais. E a segunda questão é encarar os jovens não apenas como sucessores da produção agrícola, mas como sujeitos que possuem demandas e potencialidades tanto para as atividades agrícolas quanto também para as atividades não agrícolas, na perspectiva do desenvolvimento local. O desafio desta dissertação consistiu em analisar se essas questões estão sendo trabalhadas – e como estão sendo trabalhadas - pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco.

CAPÍTULO 2

O INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE RURAL

O Instituto Agrônômico de Pernambuco, inicialmente denominado de Instituto de Pesquisas Agronômicas, surgiu através do Decreto nº 376, de 12 de março de 1935, pelo então Governador de Pernambuco Carlos de Lima Cavalcanti. Tinha sua instalação localizada em um prédio na cidade do Recife, com dois andares e 15 laboratórios, possuindo para as atividades de campo uma fazenda com 250 ha no município de També e um campo de 37 ha em Dois Irmãos (IPA, 1967).

No discurso de inauguração do Instituto, realizado pelo Governador Carlos de Lima Cavalcanti, podemos observar a ênfase no aspecto econômico do IPA. Alguns trechos do discurso:

[...] O que o atual governo pretende, com a criação do Instituto de Pesquisas, é dar à economia do Estado uma organização racional, científica e, portanto, definitiva. Só assim valorizaremos as nossas fontes de produção, com o desenvolvimento permanente de nossas possibilidades econômicas. [...] Este Instituto será a base de nossa organização econômica, o que vale dizer a base de nossa organização administrativa. E só depois de uma organização administrativa é que poderemos ter uma perfeita organização política (IPA, 1981, p.04 e 06).

Portanto, o Instituto serviria para contribuir com o crescimento econômico do Estado de Pernambuco e, a partir daí, poderia se constituir uma organização administrativa e política em nosso estado. Ou seja, o modelo de desenvolvimento estaria baseado, fundamentalmente, no crescimento econômico, sem levar em consideração outros elementos importantes para o desenvolvimento social de uma sociedade, como o acesso à educação, saúde e aos serviços públicos que garantam o bem estar social.

Sobre os objetivos a que se propõe o Instituto, o Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio, Paulo Carneiro, também discursou na inauguração do IPA:

Os grandes problemas da política moderna escapam, em sua maioria, à alçada dos parlamentos e dos gabinetes burocráticos: são problemas de laboratório. [...] As questões de que se vai ocupar o Instituto que ora se inaugura, visam o melhoramento das plantas e dos animais que tenham, para o Estado, interesse econômico. Para isto serão pormenorizadamente estudados os seus fatores hereditários, e as

condições edáficas, climáticas e bióticas da região (IPA, 1981, p.12-13).

Assim, o Instituto tinha por objetivo desenvolver tecnologias e promover estudos e experimentações, buscando solucionar os problemas do setor agropecuário pernambucano. Além desses objetivos, possuía o IPA a tarefa de publicar trabalhos científicos, contribuindo para o desenvolvimento do setor agropecuário não só em Pernambuco, mas também em outros estados do Norte e Nordeste (IPA, 1967).

Essa estrutura inicial do IPA durou até 1960, quando o Governo do Estado decidiu por reestruturar a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio e, em decorrência dessa reforma, o IPA foi transformado em autarquia estadual conforme a Lei nº 3644, de 23 de setembro de 1960, complementada pelo Decreto nº 590, de maio de 1961 que aprovou o Regulamento do IPA. Esse processo de transformação fez o IPA possuir personalidade jurídica e autonomia administrativa e econômico-financeira, expandindo suas atividades para o interior, através das redes de estações experimentais que lhe foi incorporada (IPA, 1967).

Em 1975, o IPA foi novamente transformado, através da Lei nº 6959, recebendo a denominação de Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária, mantendo a sigla IPA, já consagrada no seu universo de atuação (IPA, 2009).

Nesse período, ganhou destaque o trabalho de publicações do IPA. Em 1981, foi publicado o 1º volume dos “Resumos Informativos”, que reuniu 896 trabalhos científicos publicados em diversos meios de comunicação, tendo o objetivo de “facilitar aos interessados o levantamento de informações que sirvam de subsídio ao desenvolvimento agropecuário e, sobretudo, estabelecer um marco teórico da participação do IPA neste processo” (IPA, 1981). Em 1985, foi lançado o 2º volume dos “Resumos Informativos”, na tentativa de complementar – mesmo sem atingir toda a contribuição do IPA - os trabalhos publicados no 1º volume. Foram publicados mais 468 trabalhos, fazendo um total de 1.364 trabalhos publicados pelo Instituto (IPA, 1985).

Finalmente, em 2003, o IPA, em face da reforma administrativa do Governo do Estado, cujo marco é a Lei Complementar 049 de 31/01/2003, amplia suas atividades e passa a ser a entidade responsável pelos serviços de infraestrutura e de Assistência

Técnica e Extensão Rural em Pernambuco, sendo denominado de Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA, 2009).

Com essas novas responsabilidades, a principal missão do IPA passa a ser “gerar e adaptar tecnologia, prestando assistência técnica e extensão rural prioritariamente aos agricultores de base familiar, realizar obras de infraestrutura hídrica e disponibilizar bens e serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio”, buscando elevar as condições de vida da sociedade pernambucana (IPA, 2010).

Em reuniões de apresentação do projeto desta dissertação realizadas com extensionistas do IPA, observamos que o Instituto não possui nenhum documento específico que norteie as políticas de Extensão Rural, sendo a Política Nacional de ATER o único eixo norteador das suas ações. Outro aspecto interessante destacado nestas reuniões diz respeito ao conceito de juventude que é utilizado pelo IPA. De acordo com as extensionistas, o conceito utilizado é o da faixa etária entre 15 a 29 anos, seguindo o conceito utilizado por algumas políticas públicas, uma vez que a faixa etária da juventude não é definida globalmente. Ainda nestas reuniões, foi explanado que todos extensionistas do Instituto passam por capacitações nas atividades desenvolvidas, sendo dividida da seguinte forma: uma capacitação inicial com período de três meses, e capacitações para cada projeto que os extensionistas irão trabalhar. Ou seja, se vai realizar um projeto com jovens, os extensionistas recebem uma capacitação para esse projeto. Essas capacitações são realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Governo do Estado, ou outros órgãos parceiros do Instituto.

No propósito de analisar os programas desenvolvidos pelo IPA no âmbito da Extensão Rural, observamos que só recentemente tiveram início projetos cujo público alvo fosse jovens rurais. Nas entrevistas com extensionistas do Instituto, foi explanado que todos os projetos contemplam, necessariamente, a juventude rural, entretanto, projetos específicos para os jovens rurais só vieram a serem postos em prática a partir do ano 2008.

Com a análise do Plano Anual de Trabalho 2009 (PAT 2009), observamos que os jovens rurais são destacados no documento como público alvo das ações do IPA, juntamente com os/as agricultores/as, comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas, seguindo as diretrizes da PNATER e da Lei nº. 12.188/10. Dentre as ações

que vêm sendo realizadas pelo Instituto e que contemplam os jovens rurais, o documento pontua o Programa Terra Pronta, cuja finalidade é a realização de ações para melhorias do solo, em especial no que se refere à aração de terras; o Programa Compra Direta, que busca incentivar a organização dos agricultores familiares para a comercialização dos alimentos produzidos; e, por fim, o Programa Paulo Freire – Pernambuco Escolarizado, que trabalha a educação no campo, por meio da relação entre os processos educativos e produtivos, respeitando a vivência e experiências dos alfabetizandos. No que tange à realização de Projetos de Apoio a atividades não agrícolas (mesmo sem possuir os jovens como público alvo prioritário), observa-se que os projetos do IPA vêm atuando nas áreas de turismo rural, artesanato e agroindústria, abrangendo, até o início de 2009, um total de 8.107 famílias assistidas (IPA, 2009).

No Plano Anual de Trabalho 2010 há uma ênfase nas atividades com a agricultura familiar, sendo considerado o eixo norteador para o desenvolvimento agrário de Pernambuco. Segundo o documento:

No caso específico deste PAT, o foco principal das ações é apoiar o desenvolvimento agrário de Pernambuco, com clara opção pelo fortalecimento e consolidação da agricultura familiar, que, no caso da grande maioria das regiões do estado, assume uma expressiva representatividade no contexto do desenvolvimento econômico e social regional. [...] Assim, parte-se da premissa de que a agricultura de base familiar, se bem organizada e com o devido apoio em assistência técnica, comercialização e financiamento da produção, pode ser sim uma atividade polarizadora que, além de propiciar um grande número de postos de trabalho e geração de renda, atue como uma peça chave para se alcançar o desenvolvimento sustentável no meio rural pernambucano (IPA, 2010, p. 5-6).

Nos programas da Diretoria de ATER, é ressaltada no PAT 2010 a necessidade de fortalecimento do Programa Terra Pronta e nos Programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Programa Mãe Coruja, Programa Garantia Safra e as ações de ATER com comunidades indígenas), objetivando o desenvolvimento rural de Pernambuco, a partir do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais, com ênfase sobre a agricultura de base familiar e com a preservação do meio ambiente. Já no quadro de programas consolidados, vale destacar o Programa Pernambuco Escolarizado, com 395 cursos realizados, alfabetizando 7.817 estudantes (IPA, 2010).

Observamos que vários são os projetos que o IPA vem desempenhando no âmbito da Extensão Rural no estado de Pernambuco. Apesar da importância desses

projetos, as atividades não agrícolas pouco aparecem, como política para o desenvolvimento do meio rural brasileiro. A ênfase dada nos documentos do Instituto baseia-se, quase que exclusivamente, no fortalecimento da agricultura familiar, não levando em consideração que, na perspectiva do desenvolvimento local, torna-se fundamental as atividades conjuntas agrícolas e não agrícolas (PIRES, 2005).

Outro programa operacionalizado pelo IPA é o Pronaf – Jovem, com o objetivo de qualificação de Crédito Rural. Em Pernambuco, esse programa ocorre em parceria com a Secretaria de Juventude e Emprego do Governo do Estado, consistindo em atividades de capacitação para os jovens terem acesso ao Crédito Rural. Segundo o Guia de Políticas Públicas de Juventude do Governo do Estado de Pernambuco (SEJE, 2009, p. 37), o Pronaf-Jovem é “um programa de crédito rural associado com capacitação e assistência técnica voltado exclusivamente para jovens e focado na criação de animais, aquisição de equipamentos e suprimentos agrícolas, artesanato e turismo rural”. O Programa é voltado para jovens de 16 a 29 anos que tenham realizado estudos relacionados com atividades econômicas no meio rural e pretendam desenvolver atividades agropecuárias e não agropecuárias em suas comunidades.

No período de janeiro a dezembro de 2008, foram realizados 420 planos de créditos, com um total dos recursos financeiros para políticas públicas programados para os jovens em 2008 atingindo o orçamento de R\$ 1.483.500,00, oriundos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) / Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). Foram 44 cidades atendidas pelo Programa, sendo extremamente variável o número de planos de crédito realizados de uma localidade para outra. O município que mais realizou planos de crédito foi Caetés - 40, e o que menos realizou foi Passira – 01 (IPA, 2008).

Principal parceira do IPA na execução do Pronaf-Jovem, a Secretaria Especial de Juventude e Emprego (SEJE) foi criada pelo Governo do Estado de Pernambuco em 2007, com o objetivo de propor e executar políticas públicas para a juventude inserida numa faixa etária de 15 a 29 anos, contribuindo, assim, para a visibilidade deste segmento no âmbito estadual (SEJE, 2009).

Observamos, em conversa informal com uma representante da Secretaria, que o conceito de juventude utilizado para as atividades com os jovens também segue o

estabelecido nas definições de algumas políticas públicas, ou seja, a faixa etária de 15 a 29 anos. Entretanto, esta representante faz questão de ressaltar que encara os jovens como sujeitos de direitos, sendo agentes estratégicos de desenvolvimento.

Recentemente, a SEJE lançou um documento denominado de Guia de Políticas Públicas de Juventude que representa uma síntese das políticas públicas que estão sendo desenvolvidas pelos diferentes órgãos do governo do Estado e que possuem como público alvo prioritário a juventude. O objetivo dessa publicação foi a de facilitar o conhecimento e acesso dos jovens a essas diferentes políticas.

Foram destacados neste Guia de Políticas Públicas de Juventude 30 programas, sendo apresentados por aproximação temática ou metodológica. Destes 30 programas contidos no Guia, quatro estão voltados para a juventude rural. São eles: Juventude Zona da Mata – Chapéu de Palha: realiza cursos nas áreas de Construção Civil, Turismo e Hotelaria, Cidadania e atividades de reforço escolar para jovens de 18 a 24 anos em situação de vulnerabilidade social, inseridos em atividades de produção da cana de açúcar; Projovem Campo – Saberes da Terra II: tem o objetivo de ampliar a escolaridade de jovens agricultores familiares - comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas, assentamentos rurais e pequenas propriedades -, o que se dá por meio de estratégias de Educação de Jovens e Adultos (EJA) integradas à qualificação social e profissional; Nossa Primeira Terra: tem o objetivo de promover o acesso de jovens a terra e garantir mão de obra qualificada para o trabalho no campo; e, finalmente, o Pronaf-Jovem, já comentado anteriormente e que é realizado em parceria com o IPA (SEJE, 2009).

Portanto, assim como o IPA, a SEJE não direciona projetos para a juventude rural que extrapole as atividades agrícolas. Aparentemente, essas duas instâncias governamentais ainda não se atentaram para a importância que as novas ruralidades representam para o desenvolvimento do meio rural brasileiro, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida das populações locais, com a abertura de novos campos profissionais, resultando em um aumento de pessoas ocupadas, bem como um aumento de renda (CAMPANHOLA; SILVA, 2000).

Outro Programa construído e muito valorizado pelos extensionistas do IPA e que vem tendo a preocupação de trabalho com os jovens rurais é o Cultivando Saberes, que

tem por objetivo a formação de agentes de ATER, com a perspectiva agroecológica e do desenvolvimento sustentável. O Projeto, iniciado em 2007 em todos os estados do Nordeste e o estado do Pará, é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), cuja execução está sob responsabilidade da Coordenação de Formação de Agentes de Ater do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), em parceria com as instituições estaduais – no caso de Pernambuco, o IPA. Participam desse projeto as famílias agricultoras, os agentes de ATER, os extensionistas-formadores (as), o Comitê de Articulação Estadual e os Técnicos do MDA/SAF/DATER. Além desses programas, as extensionistas do Instituto salientam mais outros projetos que vêm sendo desenvolvidos com jovens rurais, entre eles projeto com jovens filhos de detentos.

Observamos, portanto, que mesmo o IPA seguindo a PNATER e a Lei nº. 12.188/10 vem construindo atividades que vão além do que está posto por estas instâncias norteadoras, contando com o apoio dos seus técnicos, o que é extremamente relevante e positivo, uma vez que as atividades no campo da Extensão Rural podem ser consideradas ainda recentes pelo Instituto, uma vez que, desde 1935, realiza atividades somente no campo da pesquisa agropecuária, ficando responsável pelas políticas extensionistas somente em 2003, conforme Lei Complementar 049/2003.

Apesar da importância desses programas e projetos, os serviços de Extensão Rural do IPA ainda precisam resolver algumas dificuldades encontradas. Uma dessas dificuldades é apontada na pesquisa de dissertação de Rameh (2009), que diz respeito ao fato da ausência de preparação do IPA para receber a responsabilidade do serviço de Extensão Rural em Pernambuco, uma vez que o Instituto até o ano de 2003 era responsável apenas pelos trabalhos de pesquisa científica. Esta ausência ocorre tanto nas instalações físicas do IPA quanto, e principalmente, na integração dos serviços de pesquisa, infraestrutura e ATER.

Já para o presidente do Instituto Júlio Zoé de Brito, os principais entraves para o avanço da Extensão Rural em Pernambuco são as características da região do semiárido pernambucano, bem como os problemas de trafegabilidade nas estradas. Diz o presidente:

Estamos em uma região pobre, o semiárido, e esta é uma região muito susceptível. Às vezes perdemos safras porque chove demais, às vezes porque não chove. Mas também temos outros problemas que a assistência técnica e extensão rural e agronomia não resolvem, como por exemplo, o problema da trafegabilidade. É muito duro você preparar o solo, chegar com a semente e muitas vezes, na época da colheita a estrada não permita o escoamento da produção. Também temos problemas para organizar os canais de comercialização. Enfim, há um conjunto de dificuldades que juntos estamos aprendendo a superar (ASBRAER, 2009 p. 1).

Durante a nossa pesquisa, constatamos duas principais dificuldades nos trabalhos desempenhados pelo IPA. A primeira é coerente com a crítica apontada na dissertação de Rameh (2009), citada anteriormente, onde pudemos observar que os serviços de extensão, pesquisa e infraestrutura não estão interligados no interior do IPA, demonstrando que não houve um prévio preparo do Instituto antes de assumir a responsabilidade pelos serviços de Extensão Rural no Estado de Pernambuco.

A segunda grande dificuldade encontrada em nossa pesquisa diz respeito ao quadro pessoal do Instituto. Segundo o Presidente do IPA, Júlio Zoé de Brito (ASBRAER, 2009), o Instituto está presente em 180 dos 184 municípios do Estado e atendendo cerca de 70 mil agricultores familiares, além do aumento do orçamento do IPA para as atividades extensionistas, que hoje gira em torno de 135 milhões de reais. Apesar desse avanço, o número de extensionista é pequeno para atender às demandas das comunidades rurais. Em Petrolândia, observamos que são apenas dois extensionistas responsáveis na construção e execução das atividades extensionistas em todo o município. Além de ser pequeno o número de funcionários, observamos que os mesmos não estão atualizados com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e com importantes temáticas discutidas hoje no campo da Extensão, como, fundamentalmente, as novas ruralidades e a importância do trabalho com a juventude rural. O Instituto, apesar de realizar capacitações aos seus técnicos – segundo as falas das extensionistas nas entrevistas iniciais –, aparentemente não estimula discussões teóricas sobre essas temáticas, que tenham repercussão prática nas suas atividades.

Apesar de várias dificuldades ainda persistirem, alguns avanços se fazem sentir nos trabalhos de Extensão Rural desempenhados pelo IPA. De acordo com extensionistas do Instituto, o esquema hierarquizado e burocrático do IPA vem sendo quebrado pelos novos extensionistas, que possuem uma visão da Extensão Rural

participativa, horizontal e dialógica - a partir da PNATER, uma vez que a maioria dos técnicos iniciou sua atuação após o lançamento da nova Política de ATER e o processo de reestruturação do IPA.

Outro avanço sentido é a presença do Instituto na quase totalidade dos municípios do Estado de Pernambuco. Mesmo com a deficiência de pessoal, as sedes municipais assumem um papel importante, pela proximidade com as comunidades rurais, além de estarem equipadas com carros, telefones e computadores – no caso da sede municipal de Petrolândia.

A seguir, discutiremos essas dificuldades e avanços do Instituto na comunidade Brejinho da Serra, no município de Petrolândia, em Pernambuco. Tentaremos, à luz dos dados empíricos, analisar as opiniões abordadas neste capítulo.

As Políticas do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) no Município de Petrolândia e na Comunidade Brejinho da Serra

A origem da cidade de Petrolândia está inserida na história do município de Itaparica, criado em 09 de dezembro de 1938 pelo Decreto-Lei Estadual nº 235. Este Decreto deu foros de cidade à vila de Itaparica e para ela transferiu a sede do ex-município de Tacaratu, que voltou a ser distrito. É somente em 31 de dezembro de 1943, que ocorre a mudança do nome do município, deixando de ser Itaparica e passando a denominar-se Petrolândia, de acordo com o Decreto-Lei Estadual nº 952 (CONDEPE/FIDEM, 2006).

Fazendo parte do sistema de geração de energia, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, atual Hidrelétrica Luiz Gonzaga, entre os anos de 1987 e 1988, fez com que grande parte da antiga cidade de Petrolândia tivesse que ser inundada pelas águas do lago de Itaparica. A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, buscando compensar as perdas que teria a população residente na antiga cidade, construiu um novo município, denominado Nova Petrolândia, relocando a população e os serviços que ela demandava em níveis altimétricos superiores ao do lago. Entretanto, a denominação de Nova Petrolândia não foi aceita pela população, que continuou a

denominar o município de Petrolândia, cuja denominação foi oficialmente adotada (CONDEPE/FIDEM, 2006).

Com uma área de 1.056,648 km², o município de Petrolândia está localizado na Região de Desenvolvimento do Sertão Itaparica, fazendo limites com a cidade de Floresta (norte), Jatobá (sul), Tacaratu (leste) e com o estado da Bahia (oeste). O clima da cidade é semiárido quente, tendo sua temperatura média anual de 25,7°C. Vários são os seus aspectos culturais e turísticos, como a Feira livre (Sexta-feira), o Padroeiro (São Francisco de Assis - 03/10), as festas (carnaval, festas juninas, N.S. Rainha dos Anjos), além dos atrativos naturais (Rio São Francisco e lago Itaparica) (CONDEPE/FIDEM, 2006).

Em 2007, a população total do município de Petrolândia era de 30.597 habitantes, sendo um total de 14.955 homens e 15.642 mulheres. A área urbana responde por 21.393 habitantes (69,92%), sendo 10.461 homens (48,9%) e 10.932 mulheres (51,1%). Já a população da área rural corresponde a 9.204 habitantes (30,08%), sendo 4.500 homens (48,9%) e 4.704 mulheres (51,1%). Do total da população, existem 9.121 jovens, inseridos na faixa etária compreendida entre 15 e 29 anos (IBGE apud IPA, 2009).

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) era de 0,688, sendo o IDH-M Renda de 0,566, o IDH-M Longevidade de 0,741 e o IDH-M Educação de 0,757. O município conta com 01 hospital e 28 leitos, tendo quatro equipes PSF e 57 agentes de saúde. A mortalidade até 01 ano de idade (por 1000 nascidos vivos) é considerada alta, atingindo a marca de 39,30. A taxa de analfabetismo também é alta, variando conforme a faixa etária: entre 15 a 17 anos é de 7,34%, entre 18 a 24 anos é de 21,20%, e com mais de 25 anos, essa taxa sobe para 28,01% (IBGE apud IPA, 2009).

A principal atividade econômica é a agropecuária, que responde por 42,2% das pessoas ocupadas, mesmo a taxa de urbanização sendo de 69,92%. Ganha destaque também o comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos, que respondem por 17,8%. Outras atividades econômicas respondem pelos 40% restantes (IBGE apud IPA, 2009).

O Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) está presente no município de Petrolândia com uma sede municipal, submetida à sede regional, localizada em Serra

Talhada, que, por sua vez, está submetida à sede estadual, em Recife. Em Petrolândia, o Instituto conta com uma estrutura básica para o atendimento às comunidades, com uma sala com dois computadores, carro, moto e câmera digital. No entanto, os extensionistas de Petrolândia ressaltam por diversas vezes – como veremos no decorrer deste capítulo – a deficiência no quadro de pessoal, uma vez que o Instituto possuía cinco extensionistas, entretanto, estes foram sendo alocados em outras áreas, restando, atualmente, apenas dois técnicos responsáveis pelos serviços de Extensão Rural – 01 técnico-agrícola e 01 engenheiro de pesca.

Dentre as atividades do Instituto em Petrolândia, a que mais ganha destaque está relacionada com a piscicultura em tanque-rede⁴, uma vez que essa atividade é bastante utilizada pelas comunidades presentes no município de Petrolândia, pelo fato das mesmas estarem localizadas às margens do Lago de Itaparica e serem banhadas pelo Rio São Francisco, possuindo, portanto, boas condições para o desenvolvimento da atividade, como a grande disponibilidade de água de qualidade.

Em entrevista com o extensionista do IPA, foi explicado que os pequenos produtores de Petrolândia e municípios vizinhos intensificaram a atividade de piscicultura sendo estimulados pelos êxitos obtidos no âmbito do desenvolvimento social e econômico da Associação dos Jovens Piscicultores de Jatobá, criada em 2002, por iniciativa do Padre Antônio, representante da diocese de Floresta. A iniciativa da Associação de Jatobá estimulou várias comunidades a também se organizarem para desenvolver a atividade em suas regiões.

Entretanto, para realizar a atividade de piscicultura é necessário possuir a licença ambiental para o uso dos recursos naturais do Lago de Itaparica. Segundo o engenheiro de pesca e funcionário do IPA, esse processo de licenciamento, muitas vezes burocrático, prejudica os pequenos produtores a desenvolverem a atividade. A falta de licença ambiental, juntamente com a dificuldade do trabalho em grupo e a falta de

⁴ O sistema de piscicultura em tanque-rede diz respeito a uma forma de criação intensiva, buscando uma alta produtividade. Consiste em estruturas retangulares, permitindo uma melhor passagem e renovação da água dentro das gaiolas.

assistência técnica eram os principais entraves para o desencadeamento da piscicultura em tanque-rede em outras comunidades. É nesse contexto que o IPA, em parceria com a Prefeitura de Petrolândia, busca contribuir com os pequenos produtores, facilitando o acesso à licença ambiental e realizando capacitações de associativismo e piscicultura em tanque-rede.

As atividades que o Instituto realiza no âmbito da piscicultura em tanque-rede podem ser divididas em três esferas: a) buscar a legalização da atividade, através de projetos e representando as Associações junto aos órgãos licenciadores; b) estimular o associativismo dos pequenos produtores, através de reuniões e capacitações sobre formas de gestão da atividade; c) apoio técnico, através de capacitação e visitas regulares.

Uma das comunidades em que o IPA está presente com suas atividades é Brejinho da Serra, localizada a 27 km de distância da sede do município de Petrolândia, contando com 75 famílias, com uma área média de propriedade equivalente a 05 hectares (IPA, 2009).

No que tange os serviços públicos, observamos que na comunidade tem uma escola até a 4ª série do ensino fundamental. Após essa série, a prefeitura disponibiliza um ônibus para levar e trazer os estudantes para a escola do município. Existe um posto de saúde, onde o médico comparece uma vez por semana, com regularidade. Existe ainda na comunidade um posto de telefone, para atender a população local. No que diz respeito ao saneamento básico, as propriedades são isoladas, sem contar com esse serviço.

A área da comunidade Brejinho da Serra se caracteriza como uma área de sequeiro com déficit hídrico, característico da região do semiárido pernambucano. Dentre as atividades produtivas, são apontadas pelos moradores as áreas de sequeiro para culturas de subsistência e criação de animais. O excedente da produção é comercializado, sendo que em alguns casos se usam atravessadores, já em outros é a própria família quem comercializa a produção na feira de Petrolândia. Os principais problemas apontados é o solo pobre para a agricultura e a pouca área de plantio, necessitando a adoção de técnicas e culturas adaptadas às condições locais. A

construção civil, em virtude das obras da Transposição do Rio São Francisco⁵, também representa uma atividade produtiva grande para os moradores da comunidade. Porém, para esta atividade, torna-se necessário, muitas vezes, passar temporadas longe da comunidade e em condições precárias de trabalho. As atividades produtivas que mais ganham destaque é a pesca artesanal e a piscicultura, principalmente pelo aumento de renda que vem proporcionando aos que trabalham com essa atividade (IPA, 2009).

De acordo com o Plano de Ação Municipal (PAM) de 2009 formulado pelo IPA, as principais demandas apontadas pelos moradores da comunidade de Brejinho da Serra são a assistência técnica, na preparação da terra e desenvolvimento de fruticultura e horta comunitária; o auxílio do crédito; e capacitações profissionais em diversas esferas, como a caprinocultura, gestão de negócio, fabricação de laticínios, entre outras (IPA, 2009). Observamos que nenhuma das demandas apontadas diz respeito às novas ruralidades. O que parece ir de encontro às demandas dos jovens de Brejinho da Serra encontradas em nossa pesquisa, uma vez que os mesmos apontam várias reivindicações de atividades que não fazem parte, necessariamente, da agropecuária, como veremos a seguir.

Dentre os grupos formais existentes na comunidade, conseguimos observar três tipos diferentes de organização. A primeira é a Associação dos Moradores da Comunidade Brejinho da Serra, criada em torno de 1998 e que, dentre as atividades que já realizou, ganha destaque o projeto de abastecimento de água na comunidade, datado de 2004. Outra organização presente na comunidade é a Pastoral da Criança, cujo trabalho consiste em pesar as crianças, para acompanhar o desenvolvimento nutricional das mesmas, junto ao agente de saúde (as crianças são de até seis anos). Cinco pessoas da comunidade realizam esse trabalho de forma voluntária, realizando atividades para arrecadar dinheiro, como, por exemplo, bingo. A Pastoral é organizada pela Igreja

⁵ A Transposição do Rio São Francisco é uma obra do Governo Federal, caracterizada pela transposição das águas do São Francisco para outras áreas do semiárido nordestino. Trata-se de uma obra extremamente polêmica, pois estudos apontam a degradação ambiental que a mesma pode acarretar, além do fato de várias organizações sociais afirmarem que a Transposição só vai beneficiar os grandes latifúndios e não resolverá os problemas da falta de água das populações nordestinas.

Católica, que conta com um padre que aparece na comunidade uma vez por mês e uma madre da própria comunidade, que realiza a celebração todo domingo.

Por fim, ganha destaque na comunidade a Associação dos Criadores de Peixes da Serra (ACPS), fundada em 2006, a partir do estímulo da indústria Netuno, que propiciou um financiamento para a produção de piscicultura em tanque-rede. As Associações de piscicultura em tanque-rede são estimuladas para a atividade através do crédito, como o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural de Pernambuco (PRORURAL) ou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Segundo o entrevistado do IPA, a possibilidade do financiamento de crédito e o acompanhamento técnico do IPA já contribuíram para o surgimento de 10 associações de pequenos produtores em Petrolândia, beneficiando, com o aumento da renda, cerca de 140 famílias. Estas Associações se encontram em estados distintos de organização e desenvolvimento da atividade, estando algumas já licenciadas a desenvolverem as atividades de piscicultura e outras ainda em processo de regularização.

Todas as Associações seguem o mesmo modelo de organização, contando com doze membros que trabalham em grupos alternados na semana, objetivando utilizarem 60 tanques-rede na atividade de piscicultura. Segundo o extensionista do IPA, a quantidade de 12 membros faz parte do processo de consolidação da Associação: “a formação partiu do princípio de trabalhar com 12 pessoas, pelo motivo das mesmas dividirem, de maneira viável, a mão de obra e o lucro. Formato segue o caso de sucesso de uma Associação criada pela Diocese de Floresta”.

Com a Associação dos Criadores de Peixes da Serra (ACPS), em Brejinho da Serra, não é diferente. São 12 membros na Associação, com cinco jovens associados, sendo um deles o presidente, com 21 anos. A ACPS se reúne mensalmente, ocorrendo eleições a cada quatro anos. A sua estrutura é presidenciável, com secretariado de finanças e conselho fiscal.

Os doze membros são fixos, só havendo entrada de novos participantes quando alguém deixa de ser membro. Nesse caso, os concorrentes à vaga passam por um estágio (03 meses) para se adaptar ao trabalho, bem como os sócios verificarem o comprometimento do concorrente nas atividades desempenhadas pela Associação. Após

o estágio, os concorrentes à vaga passam por uma votação para decidir se irão se tornar sócios ou não. Vale ressaltar que durante o estágio, os participantes não recebem remuneração. Já os sócios fazem a seguinte divisão monetária: uma parte para cobrir os gastos dos investimentos; outra parte para guardar para novos investimentos; o restante se divide igualmente entre os membros. Atualmente, eles recebem, mensalmente, em torno de R\$ 250,00 cada um.

Mesmo quando as atividades se intensificam, a Associação não expande o seu número de sócios. O que ela faz é contratar pessoas na comunidade para trabalhar somente naquele período em que há demanda. Se, por um acaso, surgir uma vaga no futuro, aquela pessoa já possui mais chances de entrar na Associação, uma vez que já vivenciou os trabalhos na piscicultura em tanque-rede.

Atualmente trabalhando com 30 tanques-rede, a Associação dos Criadores de Peixes da Serra (ACPS) possui como meta de futuro trabalhar com 65 tanques-rede, para conseguir ter uma renda melhor. Para o IPA, o grande projeto futuro na piscicultura é juntar todos os grupos de piscicultura de Petrolândia e formar uma cooperativa. Importante ressaltar que mesmo aumentando o número de tanques-rede, não há perspectiva de aumentar o número de sócios, uma vez que os doze membros visualizam o aumento da sua renda especificamente. Já os jovens associados, como veremos em detalhe no capítulo seguinte, possuem como projeto futuro conseguir se manter na comunidade, com uma boa renda, casa própria e uma melhor forma de vida.

Entendemos que as Associações presentes na comunidade de Brejinho da Serra representam um aspecto positivo para o trabalho da Extensão Rural, pois as mesmas podem significar uma ferramenta de organização social e política da comunidade. O associativismo pode representar um instrumento para viabilizar uma maior participação da sociedade civil e estreitar os laços entre a sociedade organizada e o poder público. Dessa forma, as atividades do IPA na comunidade poderiam se basear também em cursos sobre associativismo, enfatizando a importância que possuem as Associações para o desenvolvimento das comunidades. Ressaltamos, ainda, que nesses cursos a juventude deveria ser público alvo, uma vez que, segundo Cordeiro (2009), quando os jovens possuem experiência de participação em organizações, aumentam as possibilidades de um maior envolvimento nas atividades da comunidade no futuro.

Em conversa grupal com associados da ACPS, foi explanado que a motivação dos moradores em participar da Associação era o possível aumento da renda. Além da parceria inicial com a indústria Netuno, a Associação contava com outros parceiros financiadores, como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. Os associados receberam o financiamento inicial da Netuno para pagar em parcelas após o começo da produção. A indústria Netuno só foi parceira no primeiro financiamento, não participando das atividades posteriormente. Mesmo assim, sem financiamento, a Associação deu continuidade à produção de piscicultura por conta própria, estabelecendo, posteriormente, parceria com o IPA, Prefeitura, Governo do Estado e o SEBRAE.

A Associação desenvolve atividades específicas com a piscicultura. Suas principais dificuldades são o financiamento para investir e a licença ambiental para fazer uso do Rio Itaparica - esta última já vem sendo superada. O sistema de trabalho na Associação é por escala, dividindo em quatro grupos, onde cada grupo trabalha 24 horas e folga nos dois dias seguintes.

A Associação, com as parcerias estabelecidas, já obteve financiamento através do programa PROPRURAL, tendo o IPA como intermediário entre a comunidade e os órgãos financiadores. O PRORURAL é um programa do Governo do Estado – Secretaria de Desenvolvimento e Articulação Regional (SEDAR) – e atua, prioritariamente, no agreste e no sertão, incentivando e financiando infraestrutura e projetos produtivos nas comunidades rurais, favorecendo o desenvolvimento social.

De acordo com o extensionista do IPA, o direcionamento do PRORURAL é para projetos produtivos: “Antes fazia projetos de infraestrutura, mas hoje é restrito ao produtivo. Pode fazer estrada, se for para atender a demanda do projeto produtivo”. Para conseguir o financiamento do Programa, a comunidade deve levar suas demandas para o Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM) – conglomerado de representações do município tanto governamentais (IPA e Prefeitura – 50%) quanto representações não governamentais (ONGs, Sindicatos e Associações – 50%). As reuniões são mensais: “a comunidade levanta seus anseios e necessidades, o conselho analisa e toma procedências dessas demandas. Se o CDM concordar, passa à elaboração do projeto –

muitas vezes o encarregado é o IPA. O IPA assume esse papel, mas possui uma deficiência do quadro técnico para cumprir esse papel”.

Em Brejinho da Serra, o projeto para financiamento do PRORURAL foi aprovado em 2007 e liberado os recursos em 2008. Em 2009, deu início às atividades produtivas. Os anos de 2008 e 2009 foi o tempo da licitação de materiais e somente em 2010 ocorreram os primeiros frutos – 30 tanques-rede em funcionamento e renda de 250 reais para cada sócio. A Prefeitura de Petrolândia e o IPA contribuem para o licenciamento ambiental e também com financiamento para os agricultores que não querem utilizar agrotóxicos.

Atualmente, o Instituto atua com acompanhamento, assistência, orientação na piscicultura em tanque-rede e com intercâmbio em outras comunidades que trabalham com a piscicultura e que também tiveram apoio do PRORURAL ou outras formas de financiamento. Já foram realizadas também várias capacitações, como, por exemplo, capacitações de pesca, palha, caprinocultura e tecelagem. Essas capacitações ocorrem em conjunto com o SEBRAE. De acordo com o Instituto, seria importante realizar visitas, no mínimo, duas vezes por semana. Porém, com as dificuldades ressaltadas de falta de pessoal, conseguem fazer visita uma vez a cada 15 dias.

Outras atividades do IPA na comunidade Brejinho da Serra são os programas de governo Garantia-Safra; Horta Comunitária e Agroecológica; Distribuição de Sementes e Terra Pronta. São ações que a Secretaria de Agricultura do Estado direciona aos municípios. De acordo com o extensionista do IPA, o próximo passo é trabalhar a gestão de negócios, objetivando um maior êxito de organização do grupo, aumento de renda e independência operacional. Mais uma vez é ressaltada a principal dificuldade para pensar em projetos nas comunidades: “Não dá para pensar em outros projetos pela falta de mão de obra, pois já existe deficiência nos projetos que estão ocorrendo”.

O artesanato e a tecelagem são apontados pelo extensionista e engenheiro de pesca do IPA como importantes para utilizar toda a cadeia produtiva da piscicultura. Entretanto, o IPA não intensifica atividades nessa vertente. Existe uma Associação de Artesãos denominada Café Com Arte, constituída de 16 artesãos, localizada no centro de Petrolândia, cujo trabalho consiste na criação de peças com couro de peixes (abajur, bolsa). Quando questionado se seria possível a constituição de uma Associação de

artesanato na comunidade Brejinho da Serra, o entrevistado é pessimista, alegando que os moradores da comunidade podem participar das oficinas no centro de Petrolândia e também fazer parte do grupo Café Com Arte, não sendo viável a constituição de outra Associação.

Observamos aqui que o Instituto em Petrolândia, aparentemente, ainda não está atento à importância que possui as atividades não agrícolas no meio rural brasileiro, o que é estranho, uma vez que, segundo documentos do Instituto, até o ano de 2009 foram assistidas 8.107 famílias com atividades não agrícolas, como turismo rural, artesanato e agroindústria (IPA, 2009).

Como vimos anteriormente, o meio rural brasileiro, desde a década de 1980, não pode ser mais visto apenas como sinônimo das atividades agrícolas (DEL GROSSI, 2002). Como os estudos apontam, as atividades não agrícolas vêm sendo responsáveis pelo maior número de pessoas ocupadas no campo, bem como pelo aumento da renda das famílias rurais. Assim, trabalhar a capacitação profissional dos jovens rurais para outras áreas – não necessariamente atividades agrícolas – é de suma importância, “contribuindo para o aumento da oferta de empregos não agrícolas no meio rural, bem como para uma maior estabilização de renda das famílias que anteriormente tinham todos os seus membros trabalhando na agricultura” (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p. 81).

Citamos a capacitação profissional em atividades não agrícolas para jovens rurais, por entender que é esse o segmento que possui uma maior facilidade de se apropriar de novas ferramentas e habilidades em outros campos profissionais. Além do fato de caracterizarmos a juventude como um segmento de grande energia transformadora que pode impulsionar o desenvolvimento das comunidades rurais (CORDEIRO, 2009).

Entretanto, não é apenas o IPA quem deve estar atento às novas ruralidades. A própria PNATER deve avançar na sua elaboração e orientação das atividades extensionistas nessa vertente. Como analisamos, o documento da PNATER é muito vago em relação ao trabalho com as atividades não agrícolas, centrando suas ações quase que exclusivamente no campo da agroecologia (CALLOU, 2007). Com a Lei nº. 12.188/10, que regulamenta a PNATER e o PRONATER, fica ainda mais distante o

trabalho com as atividades não agrícolas, uma vez que a referida Lei não discorre sobre esta temática, além de retroceder no que diz respeito às atividades agrícolas, retirando a agroecologia como eixo norteador das suas ações.

De acordo com Abramovay (2007), o documento da PNATER não leva em conta os variados estudos que apontam que através das atividades não agrícolas vem aumentando o número de pessoas ocupadas no campo, bem como aumenta a renda das famílias rurais. O autor continua, apontando que mesmo considerando as variáveis existentes no campo da agricultura em um país de proporções continentais, é inadmissível as políticas de Extensão Rural restringir-se ao campo das atividades agrícolas, uma vez que, para alcançar o desenvolvimento rural, torna-se necessário contemplar as atividades agrícolas e não agrícolas.

Em nossa análise, existe um campo propício na comunidade Brejinho da Serra para o IPA trabalhar as atividades não agrícolas, com capacitações profissionais a partir das demandas apresentadas pela comunidade. Nas entrevistas com os jovens percebemos desejos nessa vertente como, por exemplo, cursos de artesanato e de âmbito profissional, como manicure e cabelereiro – aprofundaremos essas questões no capítulo seguinte.

Por fim, o extensionista do IPA afirma que não existem projetos específicos com a juventude da comunidade Brejinho da Serra. Segundo o entrevistado “Os jovens estão inseridos nos programas de governo, mas não exclusivos, pois partimos de uma visão global do desenvolvimento das comunidades”. Observamos que essa fala é contraditória com o que foi explanado pelos extensionistas do IPA em Recife durante as entrevistas que realizamos na apresentação deste projeto de dissertação. Nestas reuniões, foi explanado que apenas recentemente tiveram início projetos específicos com a juventude rural, mais precisamente, a partir do ano de 2008, ressaltando que antes desta data, os jovens, de fato, eram contemplados de maneira geral, sem serem considerados o público alvo das atividades. Atentamos para o fato de que a importância dos trabalhos específicos com a juventude aumenta constantemente, uma vez que é esse o segmento mais preparado para a conjuntura atual, caracterizada pela globalização e pela enorme quantidade de informações em tempo real, através da internet (ISLAS, 2000).

Foi também em reuniões de apresentação deste projeto de dissertação que o Instituto indicou o município de Petrolândia como melhor local para a pesquisa, uma vez que, segundo os extensionistas do IPA, se trata de um local onde há inserção grande de jovens nas atividades de Extensão Rural. Pelo que observamos, realmente há um grande número de jovens participantes nas atividades que o IPA proporciona. Entretanto, mesmo com essa relevância da participação, o Instituto não vem construindo atividades com a juventude rural, no que diz respeito às suas demandas específicas.

O fato de não haver políticas específicas para a juventude rural é contraditória, inclusive, com a própria história da Extensão Rural no Brasil que, desde o seu surgimento, teve a juventude como um segmento prioritário de atuação, construindo atividades específicas para esse segmento – embora que essas atividades, na maioria das vezes, considerassem os jovens apenas como beneficiários dos projetos e não como segmento autônomo, tendo por objetivo a mudança de mentalidade, considerando a ignorância como principal motivo pela precariedade de vida das famílias rurais. E não é só na história da Extensão Rural que as políticas específicas para os jovens são salientadas. Mesmo hoje, os jovens apresentam-se como um poderoso segmento para o desenvolvimento das sociedades modernas. Dessa forma, torna-se relevante que a juventude seja considerada como protagonista nos estudos acadêmicos e na construção de políticas públicas (CATANI; GILIOLI, 2008).

Observamos, ainda, que a não construção de atividades específicas com a juventude não é condizente também com a própria PNATER, uma vez que a mesma faz menção da importância de projetos específicos para a juventude, em processos de “capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão” (BRASIL, 2004, p. 8).

Em nossa análise, a orientação da PNATER para os trabalhos com a juventude rural é bastante restrita, uma vez que dirige seus trabalhos com os jovens apenas no campo da sucessão agrícola, sem considerar a importância das atividades não agrícolas, numa perspectiva de evitar o êxodo juvenil, bem como garantir um processo de desenvolvimento rural protagonizado pela população jovem. Ressaltamos aqui a importância do trabalho de garantia da sucessão agrícola com a juventude rural, entretanto, esse trabalho deve estar articulado com outros tipos de atividades, não

necessariamente de caráter agrícola, tendo a perspectiva de transformação da realidade do meio rural do país.

Constatamos que há um campo fértil de trabalho com a juventude de Brejinho da Serra que precisa ser mais bem explorado nos trabalhos do IPA. A relação dos jovens da comunidade Brejinho da Serra com a agricultura e com os projetos do IPA, assim como as suas perspectivas de futuro serão objeto de análise do capítulo seguinte.

Pelo que observamos, os trabalhos do IPA em Brejinho da Serra ocorrem, fundamentalmente, no âmbito das atividades agrícolas, contribuindo na orientação e capacitação das famílias rurais nos seus trabalhos agropecuários. Consideramos que é importante o papel que exerce o Instituto nesse sentido, entretanto, na perspectiva do desenvolvimento local, o IPA precisa avançar nas suas políticas, enfatizando as atividades agrícolas e não agrícolas de forma conjunta, proporcionando uma transformação da realidade na comunidade, melhorando a qualidade de vida dos seus habitantes.

CAPÍTULO 3

A JUVENTUDE RURAL DE BREJINHO DA SERRA E OS PROJETOS DO INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO

Nas visitas realizadas à comunidade Brejinho da Serra, pudemos conhecer um pouco do seu ambiente. Um caminho de barro liga a comunidade à estrada que leva para o município de Petrolândia. Para chegar ao “centro” da comunidade é uma distância de, aproximadamente, 2,5 km – uma boa caminhada debaixo de um sol escaldante. No “centro” da comunidade ficam localizados as principais Instituições presentes em Brejinho da Serra, como a Igreja Católica, a Escola Municipal, um pequeno campo de futebol, a Pastoral da Criança, assim como um número maior de casas próximas uma das outras.

Em alguns aspectos, o ambiente da comunidade de Brejinho da Serra não difere muito de outros povoados do meio rural nordestino. Pessoas desfavorecidas economicamente, extremamente receptivas, onde todo mundo conhece todo mundo, tendo as varandas das casas como local de convívio social no final do dia e uma Igreja no centro da comunidade para os encontros mais amplos da população. O que não difere mesmo é a precariedade nas condições de vida dessas pessoas, que estão sempre buscando mais oportunidades de trabalho e renda, tendo o objetivo primeiro da subsistência.

Realizamos quatro visitas à comunidade, sendo duas no centro de Brejinho da Serra e outras duas na Associação dos Criadores de Peixes da Serra (ACPS). A Associação fica do lado oposto da estrada, distante alguns poucos quilômetros da comunidade Brejinho da Serra. Contando com uma boa infraestrutura – espaço para reunião / televisão / mini copa – a Associação está sempre movimentada, seja pelos sócios trabalhadores ou pelos amigos – principalmente dos jovens trabalhadores - que vão até a Associação para ajudar nas atividades diárias ou mesmo conversar, como observamos nas visitas à Associação.

Iniciamos as entrevistas questionando os jovens sobre a participação deles nas organizações existentes na comunidade. Ressaltamos aqui que a participação é entendida como compartilhamento de poder para tomadas de decisões envolvendo toda

a população (BARTH; BROSE, 2002). Essa participação é ainda mais importante para a juventude, pois, como assinala Cordeiro (2009, p. 73) “aqueles que experimentam elevados níveis de empoderamento enquanto ainda jovens terão maiores chances de prestar mais atenção às relações intergeracionais em comparação com aqueles que não têm essa experiência”.

Quatro entrevistados afirmaram estar associados à Associação dos Criadores de Peixes da Serra (ACPS). O objetivo desses jovens é o trabalho com a piscicultura em tanque-rede e, fundamentalmente, a obtenção de uma renda própria, independente dos pais. Essa renda, para o entrevistado B, contribuiria para se manter na comunidade com uma melhor condição de vida: “Futuramente o ‘cabra’ ter alguma coisa melhor por aqui mesmo” (entrevistado B).

Dois entrevistados participam da Pastoral da Criança, por gostarem de ajudar as crianças e as mães. E os outros dois jovens não participam de nenhum tipo de organização na comunidade, por motivos distintos. O primeiro não participa por ser considerado ainda muito novo, com apenas 14 anos. Já o segundo jovem afirma não participar devido à falta de estímulos da própria comunidade, considerando que “as pessoas são mal agradecidas, não reconhecem o trabalho importante das organizações” (entrevistado F).

Nenhum dos jovens entrevistados participa da Associação dos Moradores de Brejinho da Serra, uma vez que, para a maioria, a participação dos pais na Associação já é suficiente. De acordo com o entrevistado D, falta interesse na comunidade em participar das Associações e ocorrem muitas intrigas internamente. Mesmo sem participar diretamente da Associação dos Moradores, os jovens reconhecem que a Associação possui importância para a comunidade, apontando que a mesma traz benefícios: “Tanto a ACPS quanto a associação dos moradores são importantes, pelos benefícios que trazem para a comunidade” (entrevistado E). Embora os jovens afirmem que as Associações trazem benefícios, não discorrem que benefícios são esses, apontando apenas a participação nas capacitações oferecidas pelo IPA, a renda obtida no trabalho da piscicultura em tanque-rede e os programas de financiamento, como o PRONAF e o PRORURAL.

Apenas 01 jovem afirma que desconhece qualquer importância que a Associação dos Moradores possa ter, uma vez que nem ele nem os pais participam. O jovem afirma que os pais chegaram a frequentar, entretanto, depois de pouco tempo, saíram da Associação, por motivos desconhecidos pelo jovem.

É visível nas falas dos jovens o reconhecimento maior da importância da Associação dos Criadores de Peixes da Serra (ACPS), talvez pela inserção de boa parte dos jovens entrevistados, bem como do caráter imediato dos benefícios que a mesma pode trazer – renda. Também percebemos que os benefícios que os jovens fazem referência, geralmente, são restritos apenas para quem é sócio das Associações e não para toda a comunidade: “São importantes, pois através delas que adquirem recursos para a comunidade. Existem projetos para os sócios” (entrevistado D). “As associações trazem algum benefício para os sócios e, às vezes, para a comunidade” (entrevistado F).

O fato dos benefícios serem, na maioria das vezes, apenas para os sócios e não para toda a comunidade pode ser considerado um empecilho para o desenvolvimento da comunidade, uma vez que a participação dos atores locais é um elemento essencial para a emancipação de uma localidade (BARTH; BROSE, 2002). Como já dito, a participação pressupõe tomadas de decisões coletivas, envolvendo todos os moradores de determinada localidade e não apenas aqueles que fazem parte de algum tipo de organização.

Percebemos, ainda, que a inserção dos jovens na Associação pode ser encarada também como ferramenta para o convívio social, ou seja, para conhecer pessoas e ocupar o tempo ocioso: “se não tiver essas organizações, vamos ter o que para fazer?” (entrevistado G). Essa fala pode indicar uma proximidade de sentimento com os jovens que faziam parte dos Clubes 4-S no início das atividades de Extensão Rural no Brasil, uma vez que é ressaltada a importância das organizações não apenas para melhorias da renda ou da qualidade de vida, mas também para um espaço de sociabilidade, de encontro entre os membros da comunidade.

Observamos, nas falas dos entrevistados, que os jovens possuem concepções distintas sobre a importância da participação nas organizações existentes na comunidade de Brejinho da Serra. Nenhuma das respostas – que vão de renda ao reconhecimento pessoal – aponta para a importância da organização social e política que deveriam

representar tais organizações. As Associações são vistas muito mais como mecanismos de aquisição de financiamentos para determinados projetos na comunidade, do que como um instrumento de união e organização social, fortalecendo a coletividade na comunidade e a busca conjunta de soluções para os problemas enfrentados. O próprio extensionista do IPA afirmou que foram as possibilidades de financiamentos de crédito e o acompanhamento técnico do IPA quem contribuiu para o surgimento de 10 Associações de pequenos produtores em Petrolândia. Portanto, caberia ao Instituto, enquanto organização que busca o desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais, trabalhar não somente a “gestão de negócios” – como também foi apontado na entrevista com o extensionista de Petrolândia -, mas também os conceitos políticos do associativismo, contribuindo, dessa forma, para a organização da comunidade em princípios de coletividade.

Quando questionados acerca da escolaridade, a variedade das respostas é grande. Quatro jovens abandonaram a escola antes de concluírem o ensino fundamental, enquanto os outros quatro jovens continuam os estudos, estando 01 na quinta série e três concluindo o ensino médio. Dos quatro estudantes que pararam os estudos, três afirmam querer voltar para a escola, considerando que a mesma possui importância para o futuro: “aprender alguma coisa, ser alguém na vida” (entrevistado B).

Mesmo considerando a escola como uma possibilidade de abertura de novos conhecimentos e, conseqüentemente, novas possibilidades de emprego, os jovens – estudantes e não estudantes - apontam os limites do ensino escolar interiorano, como a falta de laboratórios de informática e de cursos técnicos. Assinalam, ainda, a tensão social vivida ao término do ensino médio, na decisão de ficar ou sair da comunidade: “O ensino é fraco, mas atende as perspectivas de futuro. Sabe como é, coisa pública, o ensino é fraco. Estou pensando em estudar mais, só tem curso bom fora e tem que abandonar aqui, e aqui não quero abandonar, aí tem que pensar bem” (entrevistado E). Observamos aqui que os jovens estão sendo impelidos a migrarem do meio rural, não mais por vontade e sim pela falta de oportunidade nas suas localidades (CARNEIRO, 2007). Voltaremos a essa questão adiante.

Dos três jovens que pensam em voltar a estudar, dois afirmam que ainda não voltaram devido suas atividades na Associação, pois o ônibus da prefeitura que leva os

estudantes para a escola em Petrolândia só passa na comunidade no turno da tarde, havendo choque com o horário do trabalho. Esses dois estudantes reivindicam transporte escolar para o turno da noite, facilitando os estudos dos jovens que trabalham durante o dia. Apesar da justificativa desses entrevistados, outros jovens afirmam que é possível conciliar os estudos com o trabalho na ACPS, uma vez que a Associação libera os estudantes do trabalho em virtude da escola. Prova disso é o jovem de 18 anos que trabalha na Associação e está concluindo o ensino médio, conciliando os estudos com o trabalho na piscicultura.

A impressão que fica é que, na verdade, falta estímulo para os jovens quererem continuar os seus estudos. Aparentemente, as escolas se apresentam como algo estranho aos jovens rurais, descontextualizada com a realidade em que estão inseridos. Como disse Tavares (2009, p. 299-300), a juventude rural sofre com a “falta de sentido na aprendizagem de conteúdos que, pela forma como são ensinados, parecem não ter relação com a vida atual”. Apontamos a importância da educação no campo funcionar como um motor de aceleração das transformações necessárias para o meio rural brasileiro, estando contextualizada ao ambiente em que está inserida, dialogando os conhecimentos científicos com os conhecimentos populares. Dessa forma, a juventude rural pode se sentir estimulada a permanecer nas escolas, encarando-a não como algo estranho, mas sim como algo interligado às atividades que exercem no seu dia a dia.

Em relação às atividades produtivas desempenhadas na comunidade, todos os jovens afirmam que os pais trabalham na agropecuária, isto é, na criação de animais e na plantação de milho, feijão ou mandioca, mostrando a permanente importância que possui as atividades agrícolas para as famílias rurais. Os frutos da agricultura são para comercializar na feira de Petrolândia e, essencialmente, para o consumo familiar. Enquanto os cinco rapazes afirmaram contribuir com os pais nas atividades agrícolas, as três moças afirmaram não trabalharem no roçado, contribuindo com os pais nos serviços domésticos. Embora não tenhamos aprofundado essa questão, parece-nos que essas respostas podem estar relacionadas com a divisão tradicional – machista – do trabalho, na qual as moças não são reconhecidas como trabalhadoras agrícolas (CARNEIRO, 2007; AACC, 1994).

Além do trabalho na agricultura, quatro jovens estão trabalhando na ACPS, com o objetivo de possuir renda própria, uma vez que no trabalho na agricultura a renda é dos pais. Os jovens recebem uma parcela da renda da agricultura, podendo ser considerado uma espécie de mesada.

É difícil a inserção em atividades não agrícolas para os jovens de Brejinho da Serra. A maioria dos jovens presentes na comunidade está sempre viajando a procura de trabalho, principalmente, na construção civil, que é também um ramo de trabalho comum entre os adultos, devido às obras da transposição do Rio São Francisco. De acordo com o entrevistado H: “A oportunidade é muito pouca. A maioria dos jovens e dos pais sai da comunidade para buscar emprego”. Um dos jovens entrevistado teve a experiência de trabalhar fora da comunidade, como técnico de eletrônica e montador de móveis e artefatos. Segundo o jovem, o trabalho era extremamente cansativo e o salário não dava para se manter na cidade.

Em Brejinho da Serra, várias são as famílias em que membros estão trabalhando na agricultura, enquanto outros deslocam sua força de trabalho para outras atividades, em particular, a construção civil. No entanto, como afirma Wanderley (2007), as condições das atividades não agrícolas também são precárias, tanto nas condições de trabalho quanto no salário recebido, conforme visualizamos no depoimento do jovem entrevistado. O drama é ainda maior, pois, muitas vezes, o trabalhador precisa sair da comunidade para se inserir nas atividades não agrícolas, dificultando ainda mais a sua permanência na atividade, bem como a garantia de condições adequadas no trabalho exercido.

Parece grande, portanto, a falta de oportunidades para os jovens se inserirem em atividades profissionais agrícolas e não agrícolas em Brejinho da Serra ou mesmo fora dela, com condições propícias de trabalho e de remuneração. Por um lado, as atividades não agrícolas possuem uma importância em propiciar novos campos de conhecimentos para os jovens rurais, além de ser um ramo que absorve uma maior quantidade de pessoas ocupadas, aumentando a renda das famílias rurais. Por outro, o trabalho de sucessão agrícola continua a ser extremamente importante, tendo como perspectiva o protagonismo dos jovens nas tomadas de decisões junto à autoridade paternal, bem como inseridos em uma educação contextualizada com a realidade local, aumentando os

conhecimentos dos jovens, inclusive, no uso do computador e da internet (FETAEG, 2010). Dessa forma, as políticas extensionistas – no nosso caso, a política do IPA - devem trabalhar, como sugere Pires (2005), as atividades agrícolas e não agrícolas de forma articulada, onde a principal perspectiva não seja a permanência quase que obrigatória dos jovens em suas comunidades no trabalho da agropecuária, mas a transformação da localidade, dando condições propícias para a juventude rural se inserir, adequadamente, tanto nas atividades agrícolas quanto nas atividades não agrícolas, objetivando o pleno desenvolvimento da sua região.

O que talvez possa dificultar ainda mais o acesso dos jovens às oportunidades de trabalho é a não existência de um grupo formal de jovens em Brejinho da Serra. De acordo com os entrevistados, já existiu um grupo de jovens atuante na comunidade, que era ligado à Igreja Católica, organizando encontros, intercâmbios e romarias com jovens de outras comunidades. Organizava também peças teatrais e apresentações de dança em períodos festivos, como, por exemplo, o São João. Porém, segundo os entrevistados, devido ao excesso de “bagunça” de alguns jovens, a Igreja não deu continuidade às atividades.

Segundo relato dos jovens, alguns antigos integrantes do grupo formado pela Igreja buscaram reconstituir o grupo, uma vez que era o espaço para todos os jovens da comunidade se encontrar, conversar e mesmo se divertir. Ou seja, o principal motivo dos jovens quererem se organizar enquanto grupo era o possível convívio social que seria proporcionado. Porém, não deu certo: “Tentaram fazer voltar o grupo dos jovens sem a Igreja, mas não conseguiram por falta do interesse dos próprios jovens da comunidade” (entrevistado A). Com exceção de um jovem que não faz questão que exista grupo de jovem, os entrevistados lamentam a não existência de um grupo da juventude: “Seria legal, mas ninguém se interessa mais. Seria um divertimento para a comunidade, interagir todo mundo. A gente perde muito sem um grupo de jovens aqui no sítio” (entrevistado E).

De acordo com o entrevistado F, apesar de não haver um grupo formal, os jovens realizam atividades em conjunto, principalmente, em momentos festivos, como

quadrilha e amigo-secreto⁶. Questionado se essa iniciativa não poderia levar à formação de um grupo permanente de atividades, o entrevistado é pessimista: “Era legal, se a maioria dos jovens quisesse de verdade, mas a maioria leva na brincadeira” (entrevistado F). Percebemos que mesmo os jovens desejando a constituição de um grupo formal, existem dificuldades de iniciativa e de esclarecimento sobre como se organizar, a forma de funcionamento e a finalidade pela qual se organizar. É aqui que deveriam estar presente tanto o IPA quanto outras organizações governamentais e não governamentais, no sentido de contribuir para a organização da juventude rural e no seu aprendizado de conhecimentos relacionados às formas de pensar e ver o mundo. De acordo com Tavares (2009), esse tipo de organização de jovens é extremamente importante, uma vez que insere a juventude como coautora dos programas e ações desenvolvidos na comunidade, além de propiciar encontros com jovens de outras localidades.

Além das atividades de caráter festivo que os jovens realizam na comunidade, também existe um grupo de futebol, que envolve muitos jovens. Existe na comunidade um time de futebol masculino que treina todos os sábados no campo de barro existente em Brejinho da Serra. O grupo se organiza, por conta própria, para alugar carro para os jogos em outras comunidades, além de já possuírem uniformes, comprados pelos próprios participantes.

Em relação ao Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA), notamos que somente os jovens que fazem parte da ACPS ou possuem familiares participantes é que conhecem as atividades que o Instituto desenvolve na região, enquanto os outros entrevistados desconhecem os trabalhos do Instituto: “Já ouvi falar. Sei que ajuda na agricultura, só isso” (entrevistado F).

Mesmo para quem é sócio da ACPS, a Instituição IPA é um pouco desconhecida, no que diz respeito à sua estrutura e função, sendo ressaltado sempre os técnicos do IPA. Os jovens ressaltam, dentre as atividades desenvolvidas pelo Instituto, os intercâmbios com outras Associações e, fundamentalmente, as capacitações

⁶ Brincadeira tradicional nas festas e encontros de amigos, onde cada participante tira um papel com o nome de outro participante, sem contar a ninguém quem é. Através de dicas, os participantes tentam adivinhar quem sorteou quem. Quando se descobre, ocorre a troca de presentes.

realizadas. Bastante ressaltada a importância do IPA em conseguir o financiamento do PRORURAL para as atividades de piscicultura.

As capacitações, em sua maioria, ocorrem em Petrolândia: “Quando tem capacitação do IPA, eles mandam o convite com o número de pessoas que podem participar. Já houve capacitações de piscicultura, beneficiamento do pescado, apicultura, caprinocultura, ovinocultura” (entrevistado D). O critério para participar é quem pode ir e quem quer ir, não havendo uma frequência exata para a ocorrência das capacitações. Geralmente, os participantes dessas capacitações se restringem aos sócios da ACPS ou da Associação dos Moradores. Embora a ideia seja dos participantes multiplicarem o conhecimento dentro da comunidade, essa restrição aos sócios das Associações, mais uma vez, dificulta o pleno desenvolvimento da comunidade, uma vez que é restrita a participação de toda a sua população.

Quando questionados sobre a importância dos projetos do IPA na comunidade, percebemos um dado relevante: todas as respostas fazem referência às atividades agrícolas desempenhadas pelas famílias rurais, demonstrando que os projetos do IPA, em Brejinho da Serra, ainda não se atentaram à importância das atividades não agrícolas no meio rural brasileiro. De acordo com o entrevistado D, os projetos são importantes, pois possibilitam “Aprender mais, eles orientam o modo de criar, facilitando muita coisa. Ensina como fazer o beneficiamento, ajuda em tudo. Você não vai ficar uma pessoa leiga no seu trabalho”. Em linha similar, o entrevistado E afirma que “os projetos são importantes no melhoramento do rebanho. Eles dão medicamento para a gente aplicar”.

O jovem entrevistado F ainda aponta a importância dos projetos do IPA no sentido de fixar as pessoas na própria comunidade, devido à precariedade das condições de trabalho na agricultura: “É importante os trabalhos do IPA, porque tem pessoas que trabalham na agricultura e com o apoio pode continuar na roça. Na cidade é bem difícil morar” (entrevistado G).

Dessa forma, compreendemos que os trabalhos desenvolvidos pelo IPA em Brejinho da Serra, mesmo com foco único nas atividades agrícolas, são importantes para melhorar as condições de vida das populações rurais, proporcionando um maior conhecimento acerca o trabalho na agropecuária através das capacitações e buscando

financiamentos para projetos, como o PRONAF e o PRORURAL. No entanto, é importante ressaltar a necessidade de ampliar o foco de intervenção, especialmente para os jovens, na perspectiva do desenvolvimento local, uma vez que são vários os estudos que apontam que as atividades não agrícolas contribuem para um maior número de pessoas ocupadas, bem como o aumento da renda das famílias rurais (CAMPANHOLA; SILVA, 2000; DEL GROSSI, 2002; LEONE, 2004). Como já dito neste trabalho, o avanço de novas tecnologias no meio rural, fez com que os trabalhos na agricultura outrora desenvolvidos por toda a família, sejam realizados por apenas um membro, estando os outros liberados para exercerem outras funções, muitas vezes não relacionadas com a agropecuária (NASCIMENTO apud LEONE, 2004). Assim, as atividades extensionistas devem trabalhar o conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas de modo integrado, contribuindo para um pleno desenvolvimento social e econômico na região.

Por fim, os jovens entrevistados são unânimes na afirmação de que não existem projetos específicos para a juventude de Brejinho da Serra. Ou seja, os jovens estão inseridos nas atividades do IPA, entretanto, sem serem considerados como um segmento autônomo, possuindo potencialidade e demandas específicas, como se referem os autores Figueiredo (1981), Carneiro (2007), Tavares (2009), Cordeiro (2009), entre outros citados nesta dissertação. Como já dito, o fato de não haver políticas específicas para os jovens em Brejinho da Serra contraria as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e os próprios documentos do IPA, como os Planos Anuais de Trabalho (PAT), onde ambas as diretrizes salientam a importância de trabalhos específicos com a juventude, como nos referimos no capítulo anterior. Aparentemente, os jovens de Brejinho da Serra estão sendo vistos apenas como beneficiários dos projetos extensionistas, o que dificulta o processo de desenvolvimento local, pois impede a participação efetiva da juventude no processo de emancipação social e política no meio rural brasileiro - participação entendida como compartilhamento de poder e tomada de decisões conjuntas (BARTH; BROSE, 2002).

Uma vez que a maioria dos jovens desconhece as atividades do IPA, são poucas as contribuições sobre como essas atividades poderiam ser desenvolvidas na comunidade, de tal modo que atendessem às suas expectativas. A maioria dos entrevistados não soube responder a essa questão, enquanto outra parte demonstrou

certo conformismo com a atual realidade dos trabalhos do IPA na comunidade: “Os projetos do IPA estão de bom tamanho, ajudam um bocado” (entrevistado H). “Do jeito que está acontecendo, está bom” (entrevistado E).

Apenas dois jovens conseguiram apontar, nessa questão, diferentes formas de realização dos projetos do IPA na comunidade Brejinho da Serra, objetivando o seu desenvolvimento econômico e social: “As capacitações poderiam ocorrer de três em três meses. Conseguindo mais financiamento” (entrevistado A). “Os projetos acontecerem na própria comunidade. As capacitações e as práticas na comunidade” (entrevistado D).

Apesar da pouca contribuição nessa questão, os jovens se entusiasmam em responder sobre os projetos que a juventude gostaria que o IPA desenvolvesse em sua comunidade. Aqui aparecem demandas relacionadas tanto às atividades agrícolas quanto às atividades não agrícolas, bem como demandas que podem ser consideradas específicas da juventude (mas não exclusivas), como cursos de informática, ressaltado por praticamente todos os jovens.

Para o entrevistado D, a capacitação em computação é de fundamental importância para a comunidade, em especial para a juventude. Afirma que, com o conhecimento em informática, a juventude está conectada com jovens de outros ambientes, além de ser um rico instrumento de pesquisa para as atividades que desempenham, como a piscicultura. Segundo o jovem, são poucas as pessoas da comunidade que possuem curso de computação, pois é necessário realizar o curso em Petrolândia ou cidades vizinhas, como Itaparica. De acordo com Carneiro (2007, p. 63), o conhecimento em informática “permitiria abrir as janelas do mundo rural para um universo desconhecido e ilimitado”.

Além da informática, os jovens assinalam atividades culturais, especificamente, a dança e o teatro, bem como atividades de geração de renda no âmbito das atividades não agrícolas, como o artesanato. A integração social também é ressaltada pelos entrevistados, no momento em que vários apontam a importância de ser construída uma quadra de esportes e uma praça na comunidade, onde os jovens possam se reunir para conversar ou jogar.

Mesmo com essa variedade de demandas, os jovens não esquecem as necessidades no campo da agropecuária, no sentido de aumentar a renda das diversas

famílias da comunidade que sobrevivem dessa atividade: “Projetos com galinha, ovelha, bode e vaca. Tem muita gente que cria. Serve para melhorar a renda das famílias na comunidade” (entrevistado A).

Nessa questão tivemos a percepção da diversidade da juventude. Apesar de serem jovens de um mesmo ambiente e estarem inseridos na juventude popular (BOURDIEU, 1983), apresentam diferenças nas potencialidades e nas suas demandas. Por exemplo: os mais novos ressaltam a importância da quadra de esportes, enquanto os mais velhos assinalam com mais ênfase os projetos produtivos, que possibilitem um aumento de renda; as garotas ressaltam os cursos de manicure e corte e cabelo, enquanto os rapazes assinalam projetos com criações de animais. Dessa forma, ressaltamos a impossibilidade de analisar a juventude de forma linear e homogênea, uma vez que esse segmento se caracteriza pela diversidade e pluralidade, sendo necessária uma visão mais ampla, entendendo o jovem não como um indivíduo sendo preparado para a vida adulta, mas como um ser autônomo, que amadurece não por uma passagem de ciclo de vida, mas pelas relações sociais que acompanham a sua trajetória (WAIZBORT apud TAVARES, 2009).

Em termos de futuro, os jovens entrevistados demonstram vontade de permanecer na comunidade, pela tranquilidade que representa o seu ambiente e pelos laços sociais que construíram ao longo do tempo: “Brejinho, não deixo por nada” (entrevistado G). Essas afirmações se encaixam, por assim dizer, nos resultados da pesquisa com jovens rurais, realizada por Wanderley (2007), em que os jovens apontam os laços afetivos com a família e os amigos, a relação com a natureza e as raízes pessoais como principais fatores para permanecer na localidade onde residem.

No entanto, a falta de oportunidades faz com que muitos pensem em sair da comunidade, não por vontade, mas pela necessidade de condições de vida: “Pretendo ficar, se tiver futuro aqui. Se a gente crescer mais, tiver uma renda boa. Se não conseguir, tem que ir embora mesmo, contra a vontade, tem que ir. Vai morrer de fome?” (entrevistado E).

Portanto, aparentemente, tendo oportunidade de renda, lazer e novos campos de conhecimentos para os jovens na comunidade, eles desejam permanecer em Brejinho da Serra. Caso não consigam atender às suas necessidades, também não têm dúvida em

migrar para outras cidades na busca de melhores oportunidades “Tendo um emprego não vou buscar uma coisa fora. Porém, pela falta de oportunidade, se pensa em sair” (entrevistado F).

Para os rapazes, o trabalho com construção civil é a alternativa mais próxima, caso tenham que sair da comunidade, em virtude das obras nas margens do Rio São Francisco: “Estou tentando ficar, mas se eu ver que não está dando para mim... construção civil” (entrevistado D).

Observamos, assim, que os jovens de Brejinho da Serra não possuem fascínio pela cidade, como era comum em um passado próximo. A juventude rural opta por permanecer em seu ambiente, reivindicando, como salienta Carneiro (2007), condições dignas de trabalho e sobrevivência, possuindo acesso à educação, saúde, informática e lazer. Dessa forma, a fragilidade dos serviços públicos é, em grande parte, responsável pela migração da população jovem do meio rural, ganhando importância as políticas públicas - aqui inseridas as políticas de Extensão Rural -, no sentido de transformação da realidade local, garantindo aos jovens a opção de continuar em seu ambiente, em condições adequadas.

Dos cinco rapazes entrevistados, apenas um ainda não pensa em seu futuro no âmbito profissional, por ainda ser muito novo – 14 anos. Já os outros quatro rapazes atualmente estão todos trabalhando com a piscicultura, na ACPS. Percebemos que os jovens gostam muito do trabalho, uma vez que três deles pretendem continuar trabalhando com a piscicultura no futuro, com uma melhor renda. Já o quarto jovem revela a vontade de se tornar policial, sem discorrer o porquê desta vontade, afirmando que ainda está realizando uma reflexão sobre seu futuro profissional.

As moças entrevistadas afirmam que não pensam muito em termos profissionais, embora uma delas revelar que gosta de trabalhar com manicure – cabelos e unhas, demonstrando interesse em participar de capacitações nessa vertente. A entrevistada F assegura que está pronta para trabalhar no que for preciso, caso o trabalho valha a pena: “Não sou dedicada nos estudos, aí penso que um trabalho bom, eu faço tudo”.

Para os jovens, o IPA já possui um papel importante para conseguir alcançar essas perspectivas, principalmente, no âmbito da piscicultura – financiamento e capacitações. Por outro lado, os jovens apontam que o Instituto pode intensificar a sua

atuação na comunidade, buscando melhorar as condições de vida das famílias residentes e criando oportunidades de trabalho para a juventude: “O IPA pode contribuir com investimentos na comunidade, conseguindo fortalecer a renda nas comunidades” (entrevistado D).

Ressaltado também que a piscicultura pode ser ampliada com outros projetos, proporcionando um aumento de renda para um número maior de pessoas da comunidade: “Pode contribuir, trazendo mais benefícios e projetos na piscicultura. Podia trazer projeto de avicultura, para trabalhar junto com a piscicultura, pensando em abrir mais espaço para outras pessoas da comunidade” (entrevistado E).

Por fim, os jovens entrevistados assinalam várias questões que poderiam ser realizadas na comunidade, no sentido de melhorar as condições de vida da população. Dois jovens ressaltam a importância de melhorar a saúde e a educação na comunidade: “Mais médicos... agente de saúde só tem 01, que está de férias. Continuar na escola da própria comunidade” (entrevistado A).

O lazer é algo fundamental para os jovens de Brejinho da Serra, uma vez que todos pontuaram a importância de se criarem alternativas de diversão para a juventude, como a construção de quadra de esportes e uma praça na comunidade. As atividades de lazer, atualmente, se restringem ao jogo de futebol (tem um campo de barro na comunidade), bares e passeios na cidade de Petrolândia. O entrevistado E faz um alerta da necessidade de se construir pontos de diversão para a juventude, até mesmo para impedir que os jovens façam do “bar” a sua única diversão: “Mais lazer, não tem uma quadra. Junto com uma praça. A única diversão é o bar. O que vai aprender no bar? Aprender a beber cachaça e arrumar confusão”. De acordo com os jovens, a Prefeitura de Petrolândia prometeu construir uma quadra de esportes. Entretanto, até agora não foi começada nenhuma obra.

Mais uma vez é ressaltado o desejo de um curso de informática para a juventude, sendo considerada uma ferramenta importante tanto para a integração social dos jovens (Orkut, MSN) quanto para as atividades da piscicultura (pesquisa). Os jovens também expõem a necessidade de asfaltar a estrada da comunidade, uma vez que em período de chuvas, fica difícil o acesso. Finalmente, e não menos importante, os jovens – em especial, as moças – fazem referência à construção de uma Casa de Artensato na

comunidade, objetivando o aumento de pessoas ocupadas, assim como o aumento da renda das famílias rurais. Lembrado também a necessidade de um professor de tear na elaboração de redes e de lençóis.

Observamos, portanto, que as reivindicações dos jovens nada têm de especial, sendo necessidades também encontradas nas periferias das grandes cidades. Ou seja, demandas pelos serviços públicos (saúde, educação, asfalto), pelo lazer e pelas atividades que possam gerar renda na comunidade, tanto agrícolas quanto não agrícolas parecem ser as condições para que os jovens permaneçam em seus ambientes e exerçam um papel de protagonismo no desenvolvimento social e econômico de sua localidade.

CONCLUSÕES

Nesta parte do trabalho, buscaremos realizar algumas considerações acerca dos resultados obtidos pela pesquisa, apontando os avanços e/ou limites que a Extensão Rural desenvolvida pelo IPA possui no trabalho com os jovens rurais.

Retomando o começo desta dissertação, ressaltamos que o objetivo principal foi o de analisar os projetos de Extensão Rural do IPA para os jovens do meio rural na comunidade Brejinho da Serra, no município de Petrolândia. Buscamos analisar a forma com que a juventude rural está sendo considerada pelos projetos extensionistas, especificamente, no âmbito das atividades não agrícolas, tendo a perspectiva do desenvolvimento local. Analisamos os projetos a partir do ano de 2003, quando o IPA assumiu a função de ser responsável pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em Pernambuco, em face da reforma administrativa do Governo do Estado.

Ao longo do nosso trabalho, percebemos que a juventude não pode ser entendida como algo linear e homogêneo, pois os jovens são caracterizados pela grande diversidade existente, relacionada às suas condições sociais e históricas específicas. Possuindo esse entendimento, ressaltamos a importância das políticas públicas trabalharem com a juventude, por ser esse um segmento caracterizado pela intensidade do desenvolvimento cultural e intelectual, possuidor de grande energia transformadora (CORDEIRO, 2009).

Em nosso entendimento, essa energia transformadora deveria ser canalizada pelas universidades, movimentos sociais e instituições não governamentais e governamentais – aqui incluído o IPA -, de forma a contribuir para os jovens tornarem-se protagonistas de um processo de desenvolvimento da nossa sociedade. No entanto, são poucos os estudos sobre a juventude e menor ainda acerca a juventude rural, estando esse segmento numa situação de “invisibilidade” (WEISHEIMER, 2005). Além de serem poucos os estudos, muitas vezes os jovens são considerados apenas como beneficiários de determinadas políticas públicas e não como atores-chave de um processo de emancipação social e política.

Portanto, para além das políticas extensionistas e de governos, as políticas públicas precisam ampliar o foco de intervenção, dirigindo-se não apenas para os jovens

das grandes cidades, mas também para a juventude rural, respeitando as suas diferenças sociais, culturais e históricas. Além disso, é necessário construir políticas de forma coletiva, incorporando a juventude tanto em questões específicas deste segmento, quanto o que está em seu contorno, como as questões ambientais, políticas e econômicas. Dessa forma, os jovens tenderão a sair de uma condição de coadjuvante e passarão a ser atores sociais estratégicos para o desenvolvimento da sociedade (CORDEIRO, 2009).

Segundo Brumer (2007), apesar dos poucos estudos acerca a juventude rural, já se conseguiu avançar nos fatores que levam os jovens rurais a migrarem para outras cidades, como as condições precárias das atividades agrícolas e a falta de oportunidades em outros setores profissionais, não necessariamente agrícolas. A autora aponta que se torna necessário avançar nos estudos que problematizem os fatores favoráveis a permanência da juventude em seus ambientes de origem.

Em nossa pesquisa, observamos que os jovens da comunidade Brejinho da Serra já não possuem o desejo de migrar para outras cidades, caso haja condições propícias para a sua permanência na comunidade. Essas condições dizem respeito, fundamentalmente, aos serviços públicos (saúde e educação, principalmente), ao lazer e às oportunidades de abertura de novos campos de conhecimentos (como a informática) e de inserção profissional, tanto em atividades agrícolas quanto atividades não agrícolas.

Dessa forma, a migração da juventude em Brejinho da Serra continua a existir não devido a um possível fascínio pelas cidades, mas pela necessidade. Ou seja, os jovens estão sendo impulsionados a saírem do meio rural em busca de oportunidades de educação, trabalho e lazer que existem, mesmo em grande estado de precariedade, nos espaços urbanos (CARNEIRO, 2007).

Nesse cenário, as políticas de Extensão Rural ganham uma importância fundamental no trabalho com a juventude. Trabalhar as potencialidades dos jovens enquanto força transformadora e atender as suas reivindicações podem garantir não a reprodução do meio rural, mas sim a transformação do meio rural, proporcionando condições propícias para a vida das famílias rurais. Os jovens possuem algumas potencialidades e demandas que podem ser consideradas específicas, mesmo sem serem exclusivas, como é o caso da informática, do lazer e das atividades culturais, como a

dança e o teatro - todas essas demandas visualizadas em nossa pesquisa com os jovens de Brejinho da Serra.

Apontamos o trabalho com a juventude, por caracterizarmos esse segmento também como o mais capacitado para adaptar-se ao cenário de globalização, sendo atores estratégicos para absorver as novas tecnologias (ISLAS, 2000). Não é à toa, portanto, que a Extensão Rural no Brasil, desde o seu surgimento, teve os jovens como um segmento prioritário de atuação, através dos Clubes 4-S.

Embora a juventude rural estivesse presente nas diretrizes de trabalhos ao longo da história da Extensão Rural no Brasil, o propósito desses trabalhos era construir um “novo” jovem rural, modificando seus hábitos e costumes e convencendo-os da importância das novas tecnologias na agropecuária (SILVA, 2002). Assim, a juventude era vista apenas como beneficiária dos projetos e não como um sujeito de direitos, com potencialidades e demandas específicas. Da mesma forma, as críticas apontavam que os projetos restringiam-se às atividades agrícolas, não ampliando os campos de conhecimentos da juventude.

Com o surgimento da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em uma nova conjuntura política do Estado brasileiro, é de se imaginar que a juventude seria contemplada de maneira diferente, sendo encarada como protagonista de um desenvolvimento no meio rural, bem como coresponsável na construção de atividades – tanto agrícolas quanto não agrícolas - junto aos órgãos governamentais responsáveis pelas políticas de Extensão Rural, tendo por base as suas potencialidades e demandas. Entretanto, isso não aconteceu.

Em nosso entendimento, a PNATER avança no reconhecimento da diversidade da juventude, apontando nas suas diretrizes que os planos e programas de ATER devem ser orientados a partir do reconhecimento da diversidade e especificidade de cada segmento e categoria – aqui incluída a categoria jovem (BRASIL, 2004). Dessa forma, a nova política, aparentemente, afasta a ideia de trabalhar com a juventude como algo homogêneo, explanando os diferentes contextos de trabalho com os jovens.

Apesar desse avanço, o documento parece restringir os trabalhos com a juventude somente no âmbito das atividades agrícolas, buscando garantir, quase exclusivamente, o processo de sucessão na produção familiar (BRASIL, 2004). Mesmo

com a compreensão da importância das atividades agrícolas para as famílias rurais e que o trabalho de sucessão com os jovens é importante para a manutenção e evolução da agricultura de base familiar, entendemos que as atividades com os jovens rurais necessitam de um caráter mais amplo.

Como observamos nos dados coletados, várias foram as demandas da juventude rural que os órgãos extensionistas – em nosso caso, o IPA – podem desenvolver. Foi ressaltada pela juventude a importância e necessidade de se organizar um grupo formal de jovens, que possam se encontrar, se integrar e pensar políticas públicas para a juventude. Foi analisado, também, que a juventude sente certo estranhamento com relação à escola do campo, estando a mesma descontextualizada com o ambiente onde está inserida. Em todas essas questões é fundamental o trabalho do IPA, contribuindo não somente com a permanência dos jovens no meio rural, mas sim com a transformação do meio rural brasileiro, na perspectiva do desenvolvimento local.

A PNATER apresenta uma séria limitação de trabalho com a juventude, quando restringe, mais uma vez, as atividades com esse segmento no âmbito das atividades agrícolas. Como observamos em nossas entrevistas, os jovens apresentam demandas tanto nas atividades agrícolas quanto nas atividades não agrícolas, como o artesanato, informática, dança e o teatro. Assim, as diretrizes da PNATER deveriam ressaltar a importância de trabalhos específicos com a juventude rural, tanto em atividades agrícolas, garantindo e estimulando a produção familiar e a sucessão agrícola, quanto em atividades não agrícolas, ampliando o campo de conhecimentos e de inserção profissional para os jovens rurais, numa perspectiva de evitar o êxodo juvenil, bem como garantir um processo de desenvolvimento rural protagonizado pela população jovem.

Se a PNATER apresenta alguns avanços e outras limitações no trabalho com a juventude rural, o IPA parece ainda muito incipiente nesse tipo de atividade. De acordo com extensionistas do IPA em Recife, como foi observado, somente em 2008 tiveram início as atividades específicas com a juventude rural, em programas como Pronaf Jovem e o Programa Paulo Freire – Pernambuco Escolarizado. Talvez a demora em iniciar atividades específicas com a juventude rural esteja associada à recente incorporação, pelo IPA, das atividades extensionistas, uma vez que o Instituto,

historicamente, foi responsável pelas pesquisas agronômicas, incorporando as atividades de infraestrutura e de Assistência Técnica e Extensão Rural apenas em 2003.

Se em 2008 tiveram início as atividades extensionistas do IPA com jovens rurais em Pernambuco, essas atividades ainda não começaram na comunidade Brejinho da Serra, no município de Petrolândia. De acordo com o extensionista do IPA de Petrolândia, o fato de não haver atividades específicas com os jovens não é devido ao pequeno número de servidores, de infraestrutura ou algo do tipo, mas sim por uma concepção de trabalho, como vimos no decorrer desta dissertação. Ou seja, aparentemente, o IPA ainda não se apropriou totalmente da própria PNATER, uma vez que esse documento, mesmo com as limitações apresentadas, ressalta a importância de atividades específicas com a juventude rural.

O município de Petrolândia – local indicado pelos extensionistas do IPA em Recife – de fato possui um significativo número de jovens inseridos nas atividades do Instituto. Entretanto, mesmo com esse indício positivo, não está havendo trabalhos específicos com a juventude. O simples fato de haver jovens inseridos nas atividades do IPA não quer dizer que o Instituto esteja cumprindo as diretrizes da PNATER em promover atividades específicas com a juventude rural.

Notamos um campo fértil para os trabalhos com a juventude em Brejinho da Serra. Atividades relacionadas à educação do campo, à organização da juventude, atividades esportivas, atividades culturais e atividades profissionais, tanto agrícolas quanto não agrícolas, foram algumas das potencialidades apresentadas pela juventude que precisariam estar sendo estimuladas pelo Instituto.

Entendemos que o IPA desempenha um importante papel na comunidade Brejinho da Serra, realizando atividades de orientação, capacitação e financiamentos para as atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias rurais. No entanto, na perspectiva do desenvolvimento local, torna-se necessário ampliar o foco de intervenção, realizando atividades específicas com a juventude rural e também desenvolvendo ações que contemplem as atividades agrícolas e não agrícolas de forma articulada, contribuindo para o pleno desenvolvimento do meio rural brasileiro.

O fato de trabalhar atividades não agrícolas com a juventude rural, em nenhum momento, compromete a importância da sucessão agrícola. Pelo contrário, aumentar os

conhecimentos e os campos de atuação da juventude rural pode contribuir, inclusive, para impulsionar a própria atividade agrícola.

Portanto, a capacitação dos jovens rurais em novos campos de conhecimentos pode contribuir para a sua permanência no meio rural, com o aumento da renda das famílias rurais e com o desenvolvimento de atividades inovadoras no seu próprio ambiente (CAMPANHOLA; SILVA, 2000). Ou seja, o que a juventude rural precisa não é apenas o trabalho com as atividades agrícolas, mas, fundamentalmente, a abertura de novos campos de conhecimentos que permitam aos mesmos estarem conectados com o mundo e terem escolhas de inserção profissional no seu próprio ambiente.

Isso ficou evidente em nossas entrevistas na comunidade Brejinho da Serra, quando os jovens salientaram a importância das atividades agrícolas, mas também a importância de outros tipos de trabalho, como o artesanato, manicure, corte e cabelo e os conhecimentos da informática. Esses jovens salientam que a sua permanência na comunidade está ameaçada não pelo suposto fascínio que teriam com as cidades grandes, mas sim pela falta de oportunidades no seu ambiente. Oportunidades estas que dizem respeito tanto às atividades agrícolas quanto às não agrícolas.

Queremos chamar a atenção para o fato de que as atividades não agrícolas não representam a “salvação” para as populações rurais. Na verdade, em muitas ocasiões a inserção profissional das famílias rurais em atividades não agrícolas é de forma precária, com muito trabalho e com remuneração pequena (WANDERLEY, 2007). Um dos jovens entrevistados de Brejinho da Serra testemunhou essa precariedade, quando trabalhou como técnico de eletrônica e montador de móveis e artefatos, trabalhando mais de oito horas por dia, com uma remuneração que não era suficiente para se manter, mesmo sem possuir família constituída. Além disso, muitas vezes esse tipo de inserção profissional faz com que o indivíduo tenha que passar temporadas longe da sua comunidade, causando certa tensão social.

Dessa maneira, ressaltamos mais uma vez a importância de trabalhar as atividades agrícolas e não agrícolas de forma articulada. No campo das atividades agrícolas, torna-se necessário a imediata distribuição das terras em nosso país, uma vez que a atual estrutura fundiária – caracterizada pela concentração e exclusão – é também responsável pelo processo migratório, principalmente, dos jovens rurais. Ou seja, para

os trabalhos da sucessão agrícola, torna-se essencial que haja terra para quem nela trabalha, além das condições mínimas para os trabalhadores do campo, ou seja, acesso à energia, saúde, educação, saneamento, dentre outros serviços públicos. Já nas atividades não agrícolas, são necessárias condições dignas de trabalho e remuneração para as famílias rurais, desenvolvendo as atividades em sua própria comunidade.

Essas atividades, de forma conjunta e articulada, estarão contribuindo para o desenvolvimento local no meio rural brasileiro. Desenvolvimento que não representa apenas o crescimento econômico, mas também a elevação do acesso às tomadas de decisões e ao poder, como se refere Franco (apud SANTOS, 2005). Em nosso entendimento, as políticas de Extensão Rural podem funcionar como uma estratégia para se alcançar o desenvolvimento local, trabalhando o conjunto das atividades agrícolas e não agrícolas.

Embora os documentos do IPA apontem atividades desenvolvidas nessa vertente, como o artesanato, turismo rural e agroindústria, na comunidade Brejinho da Serra não são realizadas atividades desse âmbito. O próprio extensionista do IPA em Petrolândia ressalta a importância de atividades, como o artesanato e a tecelagem, entretanto, o Instituto não impulsiona essas atividades, uma vez que, segundo o extensionista, a falta de pessoal já compromete os trabalhos desenvolvidos atualmente, não sendo possível pensar em novos projetos. Assim como o extensionista do IPA, os jovens entrevistados fazem referência apenas às atividades agrícolas desempenhadas pelo Instituto, demonstrando a inexistência de atividades não agrícolas na comunidade Brejinho da Serra.

Em nosso entendimento, o Instituto pode analisar essa questão com bastante atenção, pois observamos em nossa pesquisa que existe um campo propício para os trabalhos com atividades não agrícolas com os jovens em Brejinho da Serra. Os jovens salientaram a grande dificuldade de oportunidades de inserção profissional na comunidade, uma vez que o trabalho na agricultura é visto apenas como contribuição com os pais. Além dessa dificuldade, os entrevistados ressaltaram desejos em realizar diferentes atividades em outros campos, não necessariamente relacionados às atividades agrícolas. Cursos de informática, atividades de integração social, atividades culturais, capacitações em manicure e cabelereiro e ações com artesanato são algumas das

atividades apontadas como importantes para os jovens rurais de Brejinho da Serra e que o IPA poderia estar desenvolvendo importantes trabalhos, na perspectiva do desenvolvimento rural protagonizado pelo segmento jovem.

Aparentemente, o principal desafio posto para o IPA é o de diversificar as suas ações, incorporando atividades com jovens rurais e atividades não agrícolas no meio rural brasileiro - atividades estas ainda muito incipientes na programação de trabalho do Instituto.

Dessa forma, chegamos à parte final do nosso trabalho acreditando que os jovens rurais de Brejinho da Serra estão sendo considerados pelas políticas extensionistas, pelo menos em dois aspectos, da mesma forma que o foram durante toda a história da Extensão Rural em nosso país: apenas como beneficiários dos programas e vistos apenas como sucessores da produção agrícola. Nestes termos, parece necessário o IPA refletir sobre o papel dos jovens rurais como atores sociais estratégicos para o desenvolvimento das comunidades rurais.

Várias são as dificuldades e obstáculos nesse percurso, a começar pelas limitações da própria PNATER. Ressaltamos que a nova Política Nacional representa um avanço, quando comparada às diretrizes que marcaram toda a história da Extensão Rural em nosso país. As preocupações ambientais, a importância dada ao processo de organização das comunidades, a metodologia participativa, o respeito às culturas e aos saberes locais são todos importantes avanços contidos no documento. Porém, ele não pode ser considerado um documento pronto e acabado, uma vez que apresenta lacunas, no que diz respeito aos trabalhos desenvolvidos com a juventude e no âmbito das atividades não agrícolas. Assim, as políticas de ATER precisam estar em constantes revisões, sendo avaliadas e reelaboradas com a participação das comunidades beneficiadas por essas políticas e com as organizações governamentais e não governamentais que trabalham com Extensão Rural.

Da mesma forma, o IPA possui alguns obstáculos para um trabalho eficiente no campo da Extensão Rural. É bem verdade que a responsabilidade pelas políticas extensionistas pelo Instituto podem ainda ser consideradas recentes - 2003, uma vez que, desde 1935, realiza atividades somente no campo das pesquisas agropecuárias. Alguns avanços já foram sentidos, como a abertura de escritórios em quase todos os

municípios de Pernambuco e um aumento de verba destinada às atividades extensionistas. Entretanto, a falta de pessoal vem comprometendo os trabalhos em Petrolândia – apenas 02 extensionistas para todas as atividades no meio rural de todo o município. Torna-se necessário um maior número de funcionários, que sejam capacitados a entender o papel da Extensão Rural, reconhecer o campo brasileiro na atualidade e às diretrizes elaboradas pela PNATER.

A realização de um diagnóstico participativo com a juventude, descobrindo suas potencialidades e demandas para as atividades agrícolas e não agrícolas pode ser o eixo norteador das atividades do IPA, na perspectiva do desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

AACC, Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte. **Políticas públicas para o desenvolvimento rural do Nordeste**. Série Contribuições. Ano I, vol. I – 1994.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Reforma Agrária – revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 n°s 1, 2, 3 e 29, n°1 – jan/dez 1998 e jan/ago 1999. Disponível em: <http://www.sda.ce.gov.br/categoria3/agricultura-familiar/Agricultura-familiar.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2010.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Estratégias alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação**. Texto é a base para apresentação na mesa redonda “Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: Desafios para os próximos anos”, no XLV Congresso da SOBER em Londrina (22 a 25/07/07). Disponível em: http://ceragro.iica.int/Documents/Abramovay_Texto_Avalia__o_ATER.pdf. Acesso em 30 de junho de 2010.

ASBRAER, Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Entrevista com Júlio José – Presidente do Instituto Agrônomo de Pernambuco** - 2009. Disponível em: http://www.asbraer.org.br/portal.cgi?flagweb=tpl_imprimeconteudo&id=1793. Acesso em: 22 de junho de 2010.

BARTH, Jutta; BROSE, Markus. **Participação e desenvolvimento local: balanço de uma década de cooperação técnica alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

BOURDIEU, Pierre. 1983. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/16677551/Pierre-Bourdieu-A-Juventude-e- apenas- uma- palavra>. Acesso em: 04 de agosto de 2010.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2004. Versão final.

BRUMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: Maria José Carneiro e Elisa Guaraná de Castro (orgs). Juventude rural em perspectiva – Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Extensão rural: polissemia e memória**. Recife: Bagaço, 2007.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **O ensino da extensão pesqueira no Brasil: desafios atuais**. In: Jorge Roberto Tavares de Lima (org.). Extensão rural e desenvolvimento sustentável – Recife: Bagaço, 2005 – 2º edição.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva; LEITÃO, Maria Rosário F. Andrade; SANTOS, Maria Salett Tauk. **O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil**. In: Revista Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria. DEAER/PPGExR – CCR. Ano XV nº 16, Jul – Dez/2008.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano. **O novo rural brasileiro: políticas públicas / Editores técnicos: Clayton Campanhola, José Graziano da Silva**. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000. V.4; 23 cm.

CAPUTO, Luis, 2006. **Estudios sobre juventud rural em América Latina: limitaciones y desafios para una agenda de investigación sobre juventud rural**. Disponível em: <http://procasur.org/talentosjovenesrurales/index.php?option=com_content&task=view&id.> Acesso em: 20 mar. 2009.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude e novas mentalidades no cenário rural**. In: Maria José Carneiro e Elisa Guaraná de Castro (orgs). Juventude rural em perspectiva – Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. (orgs). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2008.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Culturas juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: Editora UNESP, 2008. (Paradidáticos. Série Cultura).

CONDEPE/FIDEM, Agência. **Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco**. Volume 03, 2006.

CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. **Juventude e sucessão rural**. II Festival Nacional da Juventude Rural – Brasília/DF, 2010. Disponível em: <http://www.contag.org.br/>. Acesso em 10 de agosto de 2010.

CORDEIRO, Rui Mesquita. **Jovens na linha de frente**. In: Leilah Landim, Maria Carolina Trevisan (orgs). Apoio Internacional ao Desenvolvimento Local: experiências sociais com juventudes no Nordeste. São Paulo: Peirópolis, 2009.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O novo rural: uma abordagem ilustrada** / Mauro Eduardo Del Grossi, José Graziano da Silva. Londrina: Instituto Agronômico do Paraná, 2002.

FAO, Organización de Las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. **Educación, investigación y extensión, motores de la producción de alimentos**. Campaña Mundial contra el Hambre. Estudio nº 09, 1963.

FETAEG, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás. **A sucessão rural na agricultura familiar**. 1º Festival Estadual da Juventude Trabalhadora Rural do Estado de Goiás. Goiás, 2010. Disponível em: <http://www.fetaeg.org.br/site.asp?secao=noticias&pub=1071>. Acesso em 10 de agosto de 2010.

FIGUEIREDO, Romeu Padilha. **A extensão rural face à problemática da pequena produção no Brasil**. II Seminário de Educação e Meio Rural – IESAE/FGV. Rio de Janeiro, 1981.

FIGUEIREDO, Romeu Padilha. **A extensão rural no Brasil**. Palestra proferida no I Simpósio Brasileiro de Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria – curso de mestrado em Extensão Rural, 1981.

FONSECA, Luís. **Promoção humana e extensão Rural**. Texto avulso. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Laemmert, s.d.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006 – 13ª edição.

IPA, Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária. **IPA: resumos informativos 1935-1981.** EMBRAPA / Departamento de Informação e Documentação. Volume. 01 - Brasília, 1981.

IPA, Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária. **IPA: resumos informativos 1981-1985.** EMBRAPA / Departamento de Difusão de Tecnologia. Vol. 02. Brasília, 1985.

IPA, Instituto Agrônomo de Pernambuco. **Apresentação.** Disponível em: http://www.ipa.br/extensao_apresentacao.php. Acesso em: 16 de abril de 2010.

IPA, Instituto Agrônomo de Pernambuco. **Ações da extensão rural com a juventude rural.** Plano de Ação Municipal (PAM) – Recife, 2008.

IPA, Instituto Agrônomo de Pernambuco. **Plano anual de trabalho – PAT 2009.** Disponível em: http://www.ipa.br/publicacoes_outras_publicacoes.php. Acesso em: 16 de abril de 2010.

IPA, Instituto Agrônomo de Pernambuco. **Plano anual de trabalho (PAT) – 2010.** Recife, 2010.

IPA, Instituto Agrônomo de Pernambuco. **Plano de Ação Municipal (PAM) – município de Petrolândia / RD Itaparica.** Petrolândia, 2009.

IPA, Instituto de Pesquisas Agronômicas. **O Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPA).** Piquete publicado no V Congresso Brasileiro de Agronomia. Recife, 1967.

ISLAS, José Antonio Pérez. **Visiones y versiones: jóvenes, instituciones y políticas de juventud.** In: Corporación Región (org). *Umbrales: cambios culturales, desafíos nacionales y juventud.* Medellín, Colombia – 2000.

LEONE, Eugênia Troncoso. **Renda familiar e trabalho feminino nas áreas rurais do Brasil nos anos 90.** In: Clayton Campanhola e José Graziano da Silva (editores técnicos). *O Novo Rural Brasileiro: novas atividades rurais.* Brasília – DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. V.6; 23 cm.

LIMA, Jorge Roberto Tavares; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. **A extensão rural e o desenvolvimento local**. In: Jorge Roberto Tavares de Lima (org.). Extensão rural e desenvolvimento sustentável – Recife: Bagaço, 2005 – 2º edição.

OLIVEIRA, Francisco. **Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis: FGV, 2001.

PIRES, Maria Luíza Lins e Silva. **A (re) significação da extensão rural a partir da ótica da inclusão: a via cooperativa em debate**. In: Jorge Roberto Tavares de Lima (org.). Extensão rural e desenvolvimento sustentável – Recife: Bagaço, 2005 – 2º edição.

QUEDA, Oriowaldo. **Pesquisa e extensão rural**. Série Estudo nº 25. Comunicação apresentada no 1º Simpósio Brasileiro do Trópico Semiárido, Olinda, PE - 1983.

QUEDA, Oriowaldo. **Texto avulso**. Departamento de Ciências Sociais da Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, s.d.

RAMEH, Ladjane Milfont. **Extensão rural e desenvolvimento local: análise das ações da política nacional de assistência técnica e extensão rural para o turismo rural em Pernambuco**. Dissertação (mestrado). Recife, 2009.

SANTOS, Maria Salett Tauk. **Estratégias de comunicação para o desenvolvimento local e os desafios da sustentabilidade**. In: Jorge Roberto Tavares de Lima (org.). Extensão rural e desenvolvimento sustentável – Recife: Bagaço, 2005 – 2º edição.

SEJE, Secretaria Especial de Juventude e Emprego do Governo do Estado de Pernambuco. **Guia de políticas públicas de juventude**. Pernambuco, 2009.

SILVA, Claiton Marcio. **Discursos sobre a juventude rural participante de clubes 4-S (1959 – 1977)**. Esboços – Revista do Programa de Pós Graduação em História da UFSC. Vol. 09, nº 09, 2001. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/search/titles?searchPage=5>. Acesso em 30 de junho de 2010.

SILVA, Claiton Marcio. **Extensão rural e estratégias de mudança sócio-cultural: uma leitura a partir das resistências cotidianas**. Casa de Oswaldo Cruz – COC / Fiocruz, 2002. Disponível em:

<http://www.alasru.org/cdalasru2006/15%20GT%20Claiton%20Marcio%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 16 de abril de 2010.

SINTERP, Sindicato dos Trabalhadores da Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Pública. **Lei 12.188/10 – PNATER – Programa nacional de assistência técnica e extensão rural na agricultura familiar e na reforma agrária**. Brasília, 2010. Disponível em <http://sinterpmt.org.br/web/index.php/jornais-e-blogs/81-lei-12218810--pnater--programa-nacional-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-na-agricultura-familiar-e-na-reforma-agraria--lei-866693-foi-modificada>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2011.

TAVARES, Maurício Antunes. **Caminhos cruzados, trajetórias entrelaçadas: vida social de jovens entre o campo e a cidade no Sertão de Pernambuco**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2009.

VEIGA, José Eli. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula – 2ª edição** – Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro**. In: Maria José Carneiro e Elisa Guaraná de Castro (orgs). *Juventude rural em perspectiva* – Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**. UFRGS, 2009.

WEISHEIMER, Nilson. **Mapa de estudos recentes**. Brasília – Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

APÊNDICE 01

Entrevistas com os jovens da comunidade Brejinho da Serra – membros e não membros da Associação dos Criadores de Peixes da Serra (ACPS)

1. Você participa de alguma organização (sindicato, associação) na comunidade?
Se sim, qual? Por quê? Se não, por quê?
2. O que pensa das organizações existentes na comunidade?
3. Qual a escolaridade? O que pensa da escola?
4. Qual a atividade profissional que desempenha na comunidade? E fora dela?
5. Trabalha na agricultura? De que forma?
6. Existem organizações (associação, grupos culturais, esportivos) de jovens na comunidade? Se sim, quais? Você participa? Por quê? Como surgiram? Recebem apoio institucional? Se não existem, por quê? Gostaria que existissem? Por quê?
7. Conhece os projetos que o IPA desenvolve na comunidade? Se sim, quais? Você participa desses projetos? De que forma?
8. Como analisa os projetos de Extensão Rural realizados pelo IPA? De que maneira esses projetos consideram a juventude?
9. Os projetos têm repercussão para a comunidade em termos de melhorias? Quais?
10. Quais são as dificuldades encontradas por esses projetos? Como poderiam ser mais bem desenvolvidos?
11. Quais os projetos que você gostaria que existissem na comunidade? Por quê?
12. O que você pensa em termos de futuro? Como se vê futuramente, do ponto de vista profissional e pessoal?
13. Os projetos do IPA contribuem para essa perspectiva de futuro? Comente.
14. O que poderia se realizar para melhorar as condições de vida da comunidade?